

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 27 de janeiro a 2 de fevereiro de 1961 Nº 100

URSS OU EUA: EM FAVOR DE QUEM TRABALHARÁ 1961?

O TERMINO do governo de Eizenhauer, depois de oito anos de desastrosa administração, desperta em todo o mundo novas esperanças...

Esqueleto: 12 mil favelados serão despejados

MAIS de 3.000 barracos da favela do Esqueleto (foto) deverão ser derrubados para que seja construída a avenida Radial Oeste.

LACERDA MANDA INVADIR GRÁFICA: DITADOR EM AÇÃO

Leia na 3ª página

Vitoriosa a greve dos 17 mil ferroviários do Nordeste

Rep. de AMARO VALENTIM na 2ª página

COM FIDEL E CONTRA INTERVENÇÃO

NA noite do dia 20 instalou-se no Rio a Comissão Nacional Contra a Intervenção em Cuba (foto).

Aumento anuidade põe estudantes em pé-de-guerra

Texto na 4ª página do 2º caderno

KUBITSCHKEK DÁ MÃO FORTE AO DITADOR PARAGUAIO

Texto na 3ª página do 1º caderno

Francisco Julião: eu não inventei as Ligas Camponesas

Rep. de RUI FACÓ na 1ª pág. do 2º cad.



Benedito Cerqueira e o Partido Comunista

Artigo de JOVER TELLES na 5ª pag. do 2º cad.

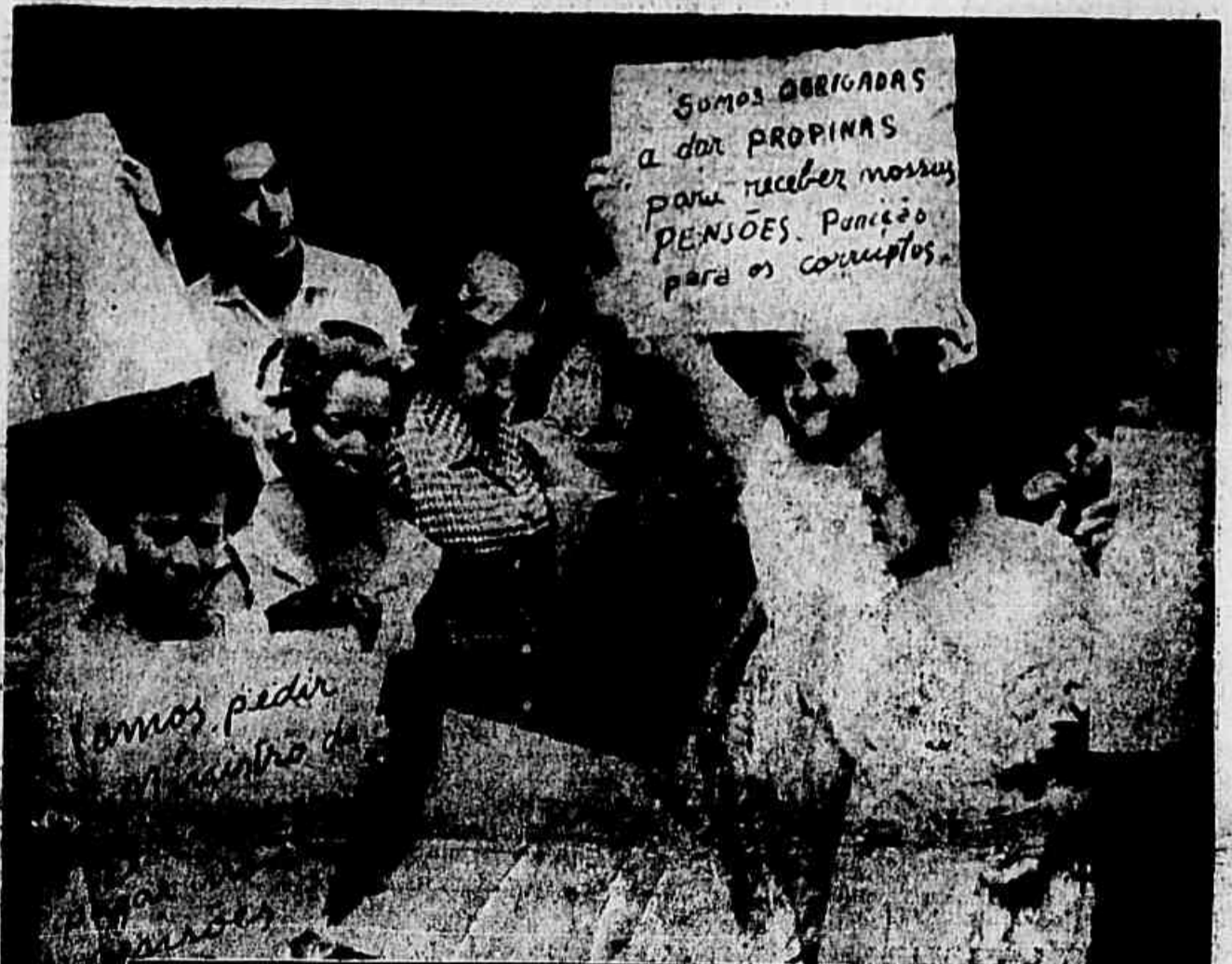


Jânio Toma Posse Com o Povo em Luta Por Nova Política

O SR. Jânio Quadros tomará posse no próximo dia 31. Até o momento em que encerramos os trabalhos desta edição, nada se sabia de concreto sobre a composição do novo governo.

rem chamadas a compor seu governo, o sr. Jânio Quadros, ao tomar posse, encontrará nesse povo lutando por libertar-se da miséria, do atraso e da ignorância, por conquistar sua completa emancipação econômica e pelo pleno exercício de sua soberania, encontrará nesse povo lutando por uma nova política, nacionalista e democrática, que seja a negação da submissão aos

interesses dos monopólios norte-americanos e da subserviência à vontade do Departamento de Estado. Aliás, nas promessas feitas pelo próprio sr. Jânio Quadros, como candidato, encontrará o povo armas de luta por essa renovação. (Leia o artigo «Jânio Chegou», na 1ª página, e a reportagem «O povo tem muitas promessas a cobrar de Jânio», na 3ª pág. do 1º caderno).



Viúvas de Militares: Violências Escondem Escândalos no M. da Fazenda

Reportagem na 8ª página

Jânio já Chegou

ORLANDO BOMFIM JR.

CHEGOU o sr. Jânio Quadros, que já estará empossado na presidência da República quando sair o próximo número de NOVOS RUMOS.

DESDE setembro de 1959, nós, comunistas, denunciávamos o caráter reacionário da candidatura do sr. Jânio Quadros. Acreditamos ter cumprido um dever.

NO ENTANTO, é igualmente certo que milhões de eleitores votaram no sr. Jânio Quadros acreditando em suas promessas, crendo ser ele capaz de resolver o problema da carestia, da crescente exploração e da miséria do povo.

tu, portanto, profundos anseios das grandes massas populares.

AGORA, a imprensa janista tem batido com insistência na tecla da gravidade dos problemas que o novo governo terá de enfrentar.

MAS, NOSSOS problemas não são insolúveis, nem mesmo de solução difícil, a não ser para quem se negue a ver os rumos da História, não queira ferir os condenáveis interesses dos exploradores e seja surdo ao clamor das massas, que aliás já revelam crescente decisão de luta.

JÂNIO vem aí — dizem os cartazes. Foi eleito a 3 de outubro. Deu o fora. Andou brincando de cobra-cega no exterior. O povo, da sua parte, não esperou, seguiu lutando.

Vitoriosa a Maior Greve Dos Ferrovários do Nordeste

Reportagem de AMARO VALENTIM (correspondente de RR em Pernambuco)

Quando conhecemos, em reportagem anterior, a movimentação dos ferroviários nordestinos em defesa de suas reivindicações, salientamos que aqueles trabalhadores estavam decididos a ir até o fim para alcançar os seus direitos. Logo depois, resultando inêxito os entendimentos que até então vinham se processando, os ferroviários resolveram, em assembleia geral, deflagrar a greve a zero hora do dia 7 de janeiro, por tempo indeterminado.

Greve total

A palavra-de-ordem de paralisação do trabalho atingiu imediatamente os 13 mil trabalhadores da Rede Ferroviária do Nordeste, inclusive os funcionários dos escritórios, telegrafistas, contínuos, e até mesmo os motoristas que servem exclusivamente aos altos funcionários da RFN. A numerosa corporação deu uma demonstração de força e de unidade impressionante. Nenhum trem circulou nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte durante os sete dias que durou a greve vitoriosa.

As reivindicações

Os ferroviários reivindicavam: 1) pagamento do salário-família na base de Cr\$ 300,00, para os meses de julho a novembro de 1960, e na base de Cr\$ 1.000,00, a partir de 1 de dezembro de 1960, para os dois primeiros filhos, e de Cr\$ 1.200,00, para os três primeiros filhos em diante; 2) pagamento do abono de 44% sobre os salários em vigor em dezembro de 1960, e sobre bases nunca inferiores ao salário mínimo regional de 7.200 cruzeiros; 3) enquadramento da classe em conformidade com o Plano de Classificação do Funcionalismo.

Manifestações de rua

Premidos pela fome, e sem recursos para satisfazer as mínimas necessidades de suas famílias, os ferroviários, antes da deflagração da greve vitoriosa, promoveram grandes passeios pelas ruas das cidades nordestinas, pleiteando das autoridades o atendimento das suas reivindicações. Vários protestos foram dados para que a RFE e o Governo cumprissem os acordos e as leis que beneficiam os ferroviários. Mas as autoridades fugiram do cumprimento dos acordos, e preferiram manobrar até a sabotagem dos direitos dos trabalhadores.

Frente a essa situação, e já não tendo mais para quem apelar, os ferroviários decidiram seguir pelo único

caminho que lhes restava: o de paralisação geral do trabalho, até que vissem atendidas as suas reivindicações.

A maior greve

Segunda opinião dos próprios ferroviários, e movimento grevista iniciado a sete de janeiro foi o mais amplo que já se realizou durante os 103 anos de existência das ferrovias do Nordeste. Todos os trens de passageiros e de carga ficaram imobilizados durante os sete dias que durou o movimento.

Apesar de decretar a greve, os ferroviários tinham consciência de que a mesma determinaria um considerável prejuízo econômico e financeiro à RFE, bem como à indústria, ao comércio e à própria população nordestina. Mas os ferroviários tinham certeza de que a opinião pública compreenderia que tais prejuízos não eram de responsabilidade dos trabalhadores, mas das próprias autoridades que não deram ouvidos às suas justas reivindicações, e não levaram em conta as advertências que lhes haviam sido feitas pelo órgão da classe dos ferroviários.

Solidariedade

A população do Nordeste compreendeu que era justa a luta dos trabalhadores das ferrovias, e deu toda a solidariedade aos grevistas. Sindicatos e associações de várias categorias profissionais manifestaram o seu apoio ao movimento não só se dirigindo aos grevistas, mas enviando telegramas às autoridades para que entendessem os trabalhadores. Os estivadores, recebendo uma comissão de grevistas em sua assembleia, resolveram se retirar e oferecer 30 mil cruzeiros para o fundo de solidariedade. A imprensa refletiu em suas colunas a justiça do movimento dos ferroviários, que tiveram aliada a seu lado inúmeras personalidades e personalidades progressistas.

A combatividade, firmeza e unidade dos ferroviários, e justiça das suas reivindicações, e conduta correta da Diretoria de Sindicatos, e o esforço dos piquetes, e conduta disciplinada dos grevistas que subiram sobre o patrimônio da empresa, e o amplo movimento de solidariedade, e a compreensão humana e progressista revelada pelo diretor-superintendente da RFN foram alguns dos mais importantes fatores de vitória da greve dos ferroviários.

Uma lição

A greve dos ferroviários demonstrou, na prática, que o proletariado se consegue os seus direitos, mesmo os já consagrados em acordos e leis, através da luta unitária, decidida e enérgica.

Os ferroviários demonstraram, por outro lado, que não são os perturbadores da ordem, nem sabotadores, nem destruidores do patrimônio das empresas e da nação, como são acusados por autoridades reacionárias. A própria polícia foi obrigada a reconhecer que os ferroviários tinham a firme proposta de defender o patrimônio da RFN e os piquetes tinham instruções nesse sentido, e saíam dia e noite pelas ruas da ferrovia.

As cooperativas dos ferroviários, situadas dentro de áreas e prédios pertencentes à RFN permaneceram fechadas, a fim de evitar a entrada de pessoas estranhas nas dependências da ferrovia. Esses fatos demonstram o grau de vigilância dos operários e deixam claro, por outro lado, que quando há perturbação nos movimentos grevistas, ela não parte dos trabalhadores, mas das autoridades e da polícia a serviço dos patrões, que pretendem e espancam operários a pretexto de defenderem a ordem pública e o patrimônio das empresas.

Greve vitoriosa

Com a greve, os ferroviários nordestinos conseguiram alcançar o pagamento das reivindicações salariais e dos dias de greve. A RFN se comprometeu a elaborar e enquadramento do pessoal no Plano de Classificação, e a não exercer nenhuma perseguição contra os grevistas.

Cessada o movimento grevista os ferroviários promoveram uma passeata-monstro pelas ruas da cidade, deixando claro, através da palavra dos líderes sindicais e de inúmeras cartazes e faixas, que uma nova paralisação de trabalho será efetuada dentro de trinta dias, se nesse espaço de tempo não foram atendidas todas as suas reivindicações.

Um aspecto político

Durante a greve um problema de caráter político se colocou ante os ferroviários. É que alguns diretores da RFN, sob pretexto de que o diretor-superintendente da empresa estava aliado aos grevistas, pediram demissão dos seus cargos. Os ferroviários, examinando a situação, concluíram que os demissionários punham por uma política de repressão ao movimento grevista e, não conseguindo, pretendiam incompatibilizar o diretor-superintendente com o Governo Federal e com a RFE, visando ao seu afastamento do cargo. Compreendendo o jogo, os grevistas incluíram na sua plataforma de reivindicações a permanência do atual diretor-superintendente, engenheiro Almir Braga, que continua a frente da administração da RFN.

Governo Atendeu os Estivadores Sob Ameaça de Nova Greve Geral

Líderados pela sua Federação Nacional, os estivadores de todo o país conseguiram com que os ministros da Viação e do Trabalho atendessem as suas reivindicações, assinando, na manhã do último dia 21, as portarias que extinguem a chamada «estiva livre», e concede meios para a concessão do direito de férias.

Os representantes dos 57 sindicatos de estivadores que operam em todos os portos marítimos, fluviais e lacustres, reunidos na semana passada na sede da Federação Nacional dos Estivadores, decidiram enviar um memorial ao ministro do Trabalho no qual salientavam que se todos os itens constantes do acordo interministerial firmado a 18 de outubro do ano passado não fossem cumpridos até o dia 22 do corrente, todos os estivadores do Brasil entrariam em greve a zero hora do dia 23.

Movimentação

O memorial dos estivadores determinou a imediata movimentação das autoridades ministeriais que até então vinham negligenciando no cumprimento

Greve na Leopoldina: 18 Mil Ferrovários Exigem os Atrasados

Os 18 mil ferroviários da Leopoldina paralisaram completamente o trabalho às 10 horas da manhã do último dia 25, numa enérgica manifestação de protesto contra o atraso no pagamento dos salários de dezembro, com os benefícios da paridade, que até aquela data não havia sido concluído. O movimento paredista teve início nos primeiros horas da manhã do dia 24 na cidade fluminense de Campos, e se estendeu, logo depois, a todo o interior dos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo. Já durante o dia 24, nenhum trem circulou pelas cidades de Nova Friburgo, Macaé, Recreio, Itaperuna, Carangola, Espera Feliz, Cachoeira de Itapemirim, Cachoeira de



Serve mal duplamente

A Rede Ferroviária do Nordeste, que estende suas linhas através de quatro Estados, além de pagar mal os trabalhadores que a fazem funcionar, serve passivamente os passageiros, colocando em tráfego verdadeiras peças de museu, como a locomotiva da foto, que se arrasta pelas linhas férreas nordestinas desde 1875.

Trabalhadores Fixam Posição Ante o Governo João Quadros

Baseados nas resoluções dos últimos conclaves nacionais dos trabalhadores brasileiros, os líderes sindicais dos Estados de São Paulo e da Guanabara tomaram a iniciativa de elaborar dois longos memoriais contendo as reivindicações do movimento sindical nacional, para serem entregues ao futuro presidente da República talvez ainda antes de sua posse.

Ambos os memoriais fazem uma apreciação da estrutura arcaica do Ministério do Trabalho e de conteúdo retrógrado de inúmeras leis e portarias relativas à organização e aos direitos dos trabalhadores, e concluem fixando

a posição do movimento sindical brasileiro em defesa de inúmeras reivindicações, entre as quais se incluem a regulamentação do direito de greve, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais e assalariados

agrícolas, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a limitação da remessa de lucros para o exterior, a defesa da Petrobrás, liberdade e autonomia sindicais e relações econômicas e diplomáticas em todas as

Defende Teu Direito

SALÁRIO MÍNIMO — A jurisprudência deste Tribunal Superior, na plenitude de sua composição, tem se orientado no sentido de ser devido ao menor não aprendiz o salário-mínimo integral do trabalhador adulto, não levando em consideração o fator idade a que se referia, em tempos idos, o Decreto-lei 2 162, de 1-5-40. A Consolidação das Leis do Trabalho, mais recente, dispõe sobre a matéria, não mais estabelecendo aquela restrição. Há que ter em conta, ainda, o princípio constitucional, proibindo diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Ac. TST — Pleno (Proc. 1.338/58), Relator Ministro Thélio Monteiro, «Ementário Trabalhista», dezembro-1959.

Para se autorizar a redução do salário do menor, é necessário que a aprendizagem seja metódica, através de cursos mantidos pelos órgãos próprios ou pelo empregador, em serviço, com autorização daqueles institutos especializados. O aprendiz recebe o mínimo pela metade por entender a lei que o ensino corresponde à outra. Dá as exigências escritas a respeito da ministração do ensinamento. Entender-se o contrário será fazer-se letra morta toda a legislação sobre a matéria. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 3.126/59), Relator Juiz Hélio Guimarães, julgado em 23-2-1960.

O acórdão recorrido firmou que «o menor que executa trabalho de adulto e que, não sendo aprendiz, na forma da lei, como adulto desempenha suas tarefas, há de ser pago como se adulto fora». — Recurso extraordinário não conhecido. Impõe-se observar a distinção posta no art. 80 e parágrafo único da Consolidação, que somente prevê a redução do salário na hipótese de ser o menor aprendiz, cuja educação profissional não se haja completado. Ac. STF, 2ª Turma (Rec. extr. 39.220), Relator Ministro Afrânio Costa, publicado em audiência de 30-12-1958.

O entendimento consubstanciado na decisão proferida no recurso extraordinário n.º 28.554, negando ao menor não aprendiz o salário mínimo de adulto, permaneceu isolado, em desacordo com os demais pronunciamentos sobre a matéria. O Estatuto vigente, aplicável à espécie, há de ser a Consolidação das Leis do Trabalho, posterior à Lei 185, de 1986. Por conseguinte, se o parágrafo único do art. 80 da referida Consolidação somente considera aprendizes os menores de 18 e maiores de 14, cuja educação profissional não se haja completado, claro é que o menor, não sujeito a esse regime, produz trabalho igual ao adulto, não se podendo negar, nesse caso, o direito ao salário mínimo integral, pois a redução de 50%, segundo o sistema do Estatuto obreiro, só é permitido quando o menor é aprendiz. Ac. STF, 2ª Turma (Rec. ext. 42.350), Relator Ministro Ribeiro da Costa, publicado em audiência de 2-9-1959.

A lei do salário mínimo permite um desconto na base de 33% sobre o valor do salário mínimo, pelo fornecimento da utilidade habitação ao empregado. Todavia, se ajuste anterior estabelecia base de desconto menor, tal base não pode ser alterada com a superveniência de nova lei de salário mínimo. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 336/57), Relator Juiz Mebrídio Negreiros.

Não pode a gratificação ser computada para a formação do salário mínimo. O seu cômputo na formação do novo nível salarial acarretaria a sua absorção e conseqüente supressão, importando em alteração contratual, que a lei não admite. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 1.989/57), Relator Juiz Hélio Guimarães.

Seja qual for a modalidade salarial contratada, será sempre garantido ao trabalhador o salário mínimo. Ac. TRT, 2ª Região (Proc. 1.516/56), Relator Thélio Monteiro.

Nota Sindical

Reforçam-se as Ações de Solidariedade

O sentimento de solidariedade, elemento característico da ideologia da classe operária, vem se desenvolvendo nestes últimos anos entre o proletariado brasileiro, e se estendendo a outras camadas da população, que vislumbram a comunidade de interesses nas lutas que vêm sendo travadas em um ou outro setor de atividade profissional.

Gracias a esse sentimento de solidariedade, que nas lutas reivindicatórias por melhores condições de vida e de trabalho assume vários aspectos, sendo o mais freqüente, particularmente assinalado no ano findo, o do chamado pacto de ação comum, e que centenas de milhares de trabalhadores brasileiros conseguiram vencer as resistências que forças poderosas opunham às suas reivindicações.

Apreçamos, em meados de 1960, a heroica luta dos trabalhadores nas salinas de Cabo Frio por melhores salários. Sózinhos, contando com pouca experiência de organização, aqueles operários de pés descalços, semitímidos e subnutridos, facilmente teriam as suas mínimas pretensões esmagadas sob o peso da repressão policial e da reação patronal. Mas, embora deslocados dos grandes centros industriais do Estado do Rio, eles contaram com a imediata ação de solidariedade dos trabalhadores fluminenses e puderam, por isso mesmo, vencer os poderosos salinários e lançar por terra a tentativa do ministro da Justiça, sr. Armando Falcao, de sufocar o movimento grevista com a intervenção de forças federais.

Na greve nacional pela paridade de vencimentos entre os servidores civis e os militares o movimento de solidariedade chegou a assumir aspectos curiosos. Policiais cariocas, dentre eles os mais conhecidos cacadores de grevistas, chegaram a auxiliar a ação dos piquetes de paralisação, embora tivessem a missão de dissolvê-los. É certo que ali estava em jogo os seus próprios interesses de funcionários civis que, como tais, torciam pela vitória do movimento dos marítimos, portuários e ferroviários, que viria lhes beneficiar, como de fato os beneficiou. Foi, evidentemente, a comunidade de interesses que levou agentes da polícia política e social a se solidarizar com os grevistas e a se insubordinar, embora de maneira velada, contra as ordens do Governo.

O importante agora, justamente, é que não só o proletariado, mas todas as demais camadas que vivem do trabalho remunerado, compreenda a necessidade de reforçar as ações de solidariedade nas lutas reivindicatórias. Todos, indiscriminadamente, não ser que pretendam curvar-se ao peso da miséria, terão de enfrentar, ainda neste ano, a luta por melhores salários e vencimentos. Na Guanabara, por exemplo, o SEPT assinala que o custo de vida subiu de 33% entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de 1960, e continuará subindo no ano corrente, desvalorizando cada vez mais os salários e vencimentos atuais.

E a necessidade de se reforçar os laços de solidariedade se torna mais evidente com a ação do governador de São Paulo contra o justo movimento dos bombeiros e militares da Força Pública. Com efeito, a política de austeridade que o governador Carvalho Pinto pretende adotar em São Paulo, apoiado na força das armas, é apenas um ato de enxada da política de poupança que o sr. Jânio Quadros deseja levar à casa no país. Poupança e austeridade, diga-se de passagem, com aqueles, como os bombeiros e soldados da Força Pública, que vivem dos seus míseros vencimentos. Aliás, compreendendo o sentido justo e profundamente humano da luta daqueles militares, é que o proletariado paulista vem lhes emprestando toda a solidariedade, e contribuindo, de maneira decisiva, para a vitória da sua causa, que é a causa de todos os que lutam para viver com dignidade e decência.

Jilson Zaverley

Everaldo Martins

Povo Tem Muitas Promessas Para Cobrar de Jânio

Durante sua campanha eleitoral, Jânio Quadros caracterizou-se pela mais desbragada demagogia, prometendo tudo, a torto e a direito, sem preocupar-se com a coerência e a retidão. Diante dos trabalhadores, prometia combater a carestia, fazer a reforma agrária, dar ao país uma política interna de democracia e uma política externa de independência. Diante dos tubarões e imperialistas, em reuniões mais íntimas, prometia promover as "reformas" pretendidas pelo FMI, pôr o Estado a serviço do latifúndio, dar mais regalias aos capitalistas estrangeiros.

Foram entretanto as promessas de conteúdo nacionalista e democrático feitas por ele ao povo que lhe permitiram ter a grande votação popular que o elegeu. Quando o novo presidente assume o governo, torna-se então oportuno lembrar essas promessas, para que o povo possa cobrá-las e, em função delas, julgar o governo que elegeu. Eis algumas das promessas:

Democracia e soberania

«Aqui, aos operários do Brasil, reitero o meu apoio às suas mais imediatas reivindicações: direito de greve, contenção da alta do custo de vida, corajosa política de desenvolvimento econômico realizada com a indispensável proibição, reforma da previdência social, liberdade e autonomia sindicais, medidas que acudam e resolvem o problema da educação e da saúde, amparo ao trabalhador do campo, relações com todos os países no exercício pleno e marcado da soberania nacional, repúdio às ditaduras continentais, combate ao colonialismo e ao racismo.»

(Mensagem aos trabalhadores brasileiros de 1.º de maio de 1960)

Povo Carioca (na ABI) Manifesta Sua Solidariedade à Revolução Cubana

Na presença de numerosa e entusiástica assistência, instalou-se no último dia 20, na ABI, a Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba. No ato, transformado em verdadeira assembleia popular, foi aclamada a diretoria da Comissão, que ficou assim composta: Presidente, deputado Josué de Castro; vice-presidentes: senador Lourival Fontes, deputados Gabriel Passos, Sérgio Magalhães, Vasconcelos Tôrres, o líder sindi-

Kubitschek dá Mão Forte ao Ditador do Paraguai

Apesar dos inúmeros protestos que seu projeto de viagem ao Paraguai despertou no seio dos nacionalistas e democratas, o Presidente Kubitschek se apronta para estar quinta-feira em território paraguaio, abraçando o ditador Stroessner. Assim, a pretexto de inaugurar uma ponte entre os dois países, o sr. Kubitschek estará manifestando, aos olhos do povo paraguaio, o consentimento e a solidariedade de seu governo para com a feroz ditadura que oprime o país vizinho. Ele não poderia encontrar maneira mais lastimável de encerrar seu governo.

Essa cumplicidade oficial para com os carrascos do povo paraguaio, entretanto, nada tem a ver com os sentimentos de nosso povo. Um exemplo disso é dado, no momento mesmo em que o sr. Kubitschek empreende sua inglória viagem, por numerosos deputados e jornalistas cariocas, que firmaram um vigoroso manifesto de repúdio à ditadura de Stroessner e ao gesto do Presidente brasileiro. Eis o texto do documento:

«Os abaixo assinados, amigos do povo paraguaio, às vésperas da inauguração da ponte internacional sobre o Rio Paraná, julgamos de nosso dever manifestar perante o povo daquela nação irmã e perante a opinião pública internacional, qual o pensamento da maioria dos brasileiros com respeito à política que o nosso país deve adotar e praticar com relação ao Paraguai, cujo povo enfrenta uma árdua e heróica luta em busca de sua liberdade.

«A solidariedade do nosso povo não pode deixar de estar pautada, em se tratando de oferecer ao povo paraguaio uma saída para o Atlântico, por meio de pontes, caminhos e portos francos, que ainda mais vinculando os sentimentos de amizade entre o Pa-

Reconhecimento da China

«O Brasil precisa desvencilar a África e a Ásia, fazer uma vigorosa declaração anticolonialista e antieconomista, buscar novos mercados. Imagine que o governo atual reconhece a ilha de Formosa, instala embaixada e tudo em Taipé, e esquece os 600 milhões da China continental. É preciso reconhecê-la e estreitar os laços comerciais com aquele mundo.»

(Discurso na Rádio Marajoara, Belém do Pará, segundo o «Diário de Notícias» de 17.1.60)

Relações com a URSS

«Vi excelentes sondas de petróleo na União Soviética. E vou buscá-las para o Brasil.»

(Idem, idem)

Transportes e comunicações

«A intervenção do Estado no domínio dos transportes e das comunicações, na mobilização do potencial energético, na sua produção ou geração, transformação ou distribuição, é o único meio para a correção dos dolorosos desníveis interiores de nosso País.»

(Discurso diante da Convenção do PR, em 28.6.60)

Remessa de lucros

«Cumpre disciplinar a remessa de lucros e essa disciplina é urgente. O capital estrangeiro deve ajudar o nosso desenvolvimento e não empobrecer-nos com a remessa de lucros pelo mercado livre de câm-

bio. Há projetos nesse sentido na Câmara que precisam ser discutidos e aprovados.»

(Entrevista às emissoras cariocas de TV, segundo o «Estado de São Paulo» de 9.2.60)

Investimentos estrangeiros

«Não vejo possível sequer o capital estrangeiro na prospecção ou na produção de petróleo. Não o vejo também admissível no aproveitamento ou utilização dos minerais atômicos e nucleares.»

(Idem, idem)

Política externa

«A posição do Brasil no meu governo será uma só: onde estiver a vantagem de nosso povo aí estará o Brasil também. Por isso sou a favor do comércio com todos os países do mundo. O Brasil não pode nem deve pedir licença a ninguém para fazer o seu comércio.»

(Discurso em Uberlândia, na «Tribuna da Imprensa» de 5.9.60)

Legislação social:

«1 — Extensão das leis sociais a todos os trabalhadores, inclusive os rurais, atendendo-se às peculiaridades de cada setor de trabalho;

2 — Elaboração do Código Nacional do Trabalho, refundindo e atualizando a legislação trabalhista, com estrita obediência ao espírito da justiça social, para defesa, amparo e valorização do trabalhador nacional;

3 — Fortalecimento dos sindicatos para que, libertos de injunções políticas, fiquem os respectivos direitos e interesses integralmente resguardados no conjunto das forças de produção;

4 — Regulamentação do direito de greve;

5 — Adoção de uma política salarial que proporcione justa remuneração, valorize o trabalho e atenda à sua utilidade social;

a) garantindo ao trabalhador crescente participação no incremento do produto interno bruto, a fim de que ele se beneficie integralmente dos frutos do desenvolvimento econômico; b) assegurando ao trabalhador de salário mínimo, dentro de uma política de estabilização monetária, reajustamentos proporcionais à elevação do custo da vida, para que este



A favor da ilha

Apesar da pouca propaganda feita em torno da instalação da Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba, grande massa popular afluíu ao salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa, dia 20, numa demonstração inequívoca da solidariedade do povo brasileiro à Revolução de Fidel Castro e do repúdio às tentativas de intromissão nos assuntos internos da ilha.

Novo Ensaio de Carlos Lacerda Como Ditador da Guanabara

Sexta-feira passada, pela tarde, dois policiais de Lacerda, sob ordens diretas do famigerado Cecil Borer, invadiram as oficinas da empresa «Gráfica Itambé», a pretexto de apurar uma «denúncia anônima de que ali estavam sendo impressos «materiais subversivos». Sem qualquer mandado judicial ou qualquer instrumento legal que os autorizasse a invadir o estabelecimento, os policiais passaram a abrir pacotes e inutilizar materiais da empresa; quando um funcionário desta fez menção de telefonar, à procura do gerente da casa para comunicar a ocorrência, impediram-no de fazê-lo e ameaçaram-no de prisão, a ele e a qualquer

outro que tentasse comunicar-se com seus empregadores.

A polícia cometeu assim um ato de completa ilegalidade e violência, pois não há lei que autorize a cometer invasões desse tipo. Uma ilegalidade tão evidente que os próprios policiais que serviram de instrumento a essa violência lacerdistas, ao terem notícia de que a imprensa acorria ao local, fugiram à toda pressa, como foge qualquer ladrão para não ser apanhado em flagrante.

O caráter de atentado político às liberdades constitucionais, deliberadamente cometido pelo governo de Lacerda, ficou comprovado por uma ligação telefônica feita — imediatamente após o fato — pelo espancador Cecil Bo-

a) política de recuperação do Nordeste, incluindo o aproveitamento de planos e estudos já existentes, com o aumento dos recursos atualmente disponíveis para esse fim, e sua aplicação dentro dos princípios de estrita racionalidade econômica e social; b) planejamento e ampliação dos esforços destinados à dinamização da Amazônia.

(Idem)

Reforma agrária

«A situação do Brasil é diferente da de Cuba, porém a reforma agrária cubana é extremamente útil e indispensável para todos os países que desejam implantar a reforma agrária e, em consequência, também para os brasileiros.»

(Entrevista à United Press, em 3.4.60)

Legalidade do PCB

«Sou um democrata de ideias socializantes. Se eleito, darei legalidade ao Partido Comunista do Brasil.»

(Entrevista à imprensa em Cuba, registrada no «Diário de Notícias» de 10.4.60)

Fora de Rumo

Paulo Motto Lima

«Es muy primoroso, pero muy caliente», disseram as beludas do cinema mexicano aos jornalistas, dando assim impressões sobre o Rio. Martha Helena e Lorena Velasques, «primorosas e calientes» como o Rio a quarenta graus, vieram em companhia de Cantinflas.

Cantinflas, cujo verdadeiro nome é Mário Moreno, estivera antes no Brasil, ao tempo de Getúlio Vargas. É um homem difícil. Tem hábitos enraizados. Daquela vez Getúlio manifestou desejo de conhecê-lo. Foi trabalhoso arrancar Mário Moreno da cama antes do meio dia, para levá-lo ao Palácio Rio Negro, onde havia audiência marcada.

Encontram-se Cantinflas e Vargas como dois homens de espírito, ambos falando ramos diferentes do espanhol «caliente, pero no muy primoroso», da América Latina. Getúlio divertiu-se com o artista. E para experimentar suas reações perguntou se de fato, antes de in-

gressar no cinema, Cantinflas havia sido toureiro. Diante da resposta afirmativa, nova pergunta de Vargas: «Mas, toureiro cômico, não?». Cantinflas explicou em cima da boca: «Sim, toureiro cômico, mas os touros não sabiam».

Cantinflas, viajante por força da profissão (de tanto viajar acabou fazendo a Volta ao Mundo em Oitenta Dias), e, como dissemos, homem difícil, que dá trabalho aos que o cercam. Mas talvez não seja tão difícil quanto esse outro artista e «globetrotter» desembarcado há dias de um cargueiro inglês em Santos.

Para fugir dos jornalistas que pretendiam entrevistá-lo, Cantinflas raspiou-se rapidamente do apartamento do hotel onde se hospedava, à moda Jânio Quadros. Ante um mais afeto, que quase o segura, desculpou-se. «Perdone-me», disse Mário Moreno, que a seguir tomou um carro, arrancando para lugar desconhecido.

Cantinflas pode fugir para sítios tranquilos. Jânio Quadros não. Feita a volta no mundo em oitenta dias, terá que sair, como um passaro apanhado em esparrela, no Palácio da Alvorada. Ainda não tomou posse e começaram as cobranças de promessas feitas com desenvoltura pelo candidato. Líderes sindicais vão apertar Jânio Quadros com uma lista de reivindicações. Entre outras coisas, querem que se transformem em realidade. «Caliente e primoroso», a escola nível de salário, salário não individual, mas para a família do trabalhador, regulamentação do direito de greve, liquidação da política parafascista e paternalista do Ministério do Trabalho e criação da Comissão de Mão-de-Obra e do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais.

Para sair das emburçadas em que se meteu através das promessas de candidato, Jânio terá que dar pulos com a agilidade e sangue frio de um toureiro. Como Cantinflas, seu jeito de toureiro cômico. O pior é que, no seu caso, muita gente sabe que espere de toureiro é ele.



NR no Estado do Rio

Violência Contra Lavradores

A casa e a plantação foram destruídas e o lavrador despejado. O «capitão» Eduardo, promotor da violência a serviço dos grileiros, ordenou aos seus sequazes que retrinhassem a madeira e tudo que se podia aproveitar (foto) a fim de dividir os lucros da venda dos despejos.

foi o último de uma série que começou há 5 anos, envolvendo os lavradores de uma área que é sr. João Felipe da Gama diz pertencer à Fazenda Piranema. A série de violências praticadas pela polícia, levou os lavradores da região a se dirigir ao governo estadual que, através do seu secretário do Trabalho e Serviço Social, se comprometeu a desapropriar as terras a serem indicadas pelos lavradores depois destes realizarem uma assembleia. Is-

so aconteceu e um documento propondo a desapropriação da fazenda Penha-Caixa foi entregue às autoridades em 28 de dezembro de ano passado. Como até agora a secretaria de Trabalho não respondeu ao memorial, os lavradores da região deverão se dirigir diretamente ao governador Roberto Silveira, para solicitar a aplicação do Plano Agrário, que foi instituído justamente para resolver litígios de terras entre posseiros e grileiros.

NR em Pernambuco

ÁGUA NÃO EXISTE E A VIDA ESTÁ CADA VEZ MAIS CARA

Caruarú (a Princesa do Agreste) é Também a Capital da Miséria

Princesa do agreste, a capital do agreste e cidade mais importante de Pernambuco depois do Recife, Caruarú, apesar disso, é conhecida também como a capital da fome e do desemprego. Milhares de pedintes invadem as ruas da cidade; mais de 12 mil crianças em idade escolar, ficam anualmente sem matrícula em virtude da falta de vagas nos estabelecimentos de ensino; bairros importantes como Riachão, Salgado e outros estão relegados ao mais completo abandono, não dispostos sequer de um telefone público para servir a população nos casos de mais urgência.

o do que a carne verde varia de 120 a 150 cruzeiros. Por uma banana prata ou maçã se paga mais de 2 cruzeiros, o mesmo ocorrendo com outros produtos.

Essa situação é ainda mais grave quando se sabe que os trabalhadores do município são vítimas da mais brutal exploração. A imensa maioria não recebe os benefícios do novo salário mínimo, não tem respeitados os direitos que lhes são outorgados pelas leis trabalhistas e não recebe a menor assistência. E tudo isso acontece sob os olhos complacentes do fiscal da DRT, que não se preocupa em tomar providência alguma para garantir os direitos dos trabalhadores que se dirigem ao escritório da Delegacia existente em Caruarú para protestar contra a exploração a que são submetidos, às violações diárias dos seus direitos. Um sentimento de revolta contra essa situação já se manifesta entre os trabalhadores, e os sindicatos já preparam a organização de um movimento no sentido de exigir a substituição do referido fiscal por um outro que se disponha a fazer respeitar o lei naquela importante cidade.

NR em Sergipe

SOLIDARIEDADE AJUDOU A QUEBRAR RESISTÊNCIA DA DRT E DOS PATRÕES

Ladrilheiros: Aumento Veio Depois de 12 Dias de Greve

Aracaju, janeiro (do Correspondente) — Depois de 12 dias de greve, os trabalhadores na indústria de ladrilhos de Sergipe conquistaram expressiva vitória com o acordo salarial assinado e que obriga os patrões a concederem, além de outras vantagens, um aumento variável de 30 a 45% sobre a tabela anterior.

A greve, que atingiu a todos os trabalhadores daquele setor industrial sergipano, só foi deflagrada depois do fracasso das negociações iniciadas pelo sindicato com o objetivo de encontrar uma solução pacífica da questão. A maioria dos representantes patronais, apesar de alguns industriais já terem concordado em pagar o aumento pretendido pelos trabalhadores, manteve-se irredutível e abriu assim as portas para a greve.

O movimento

Deflagrada no dia 2 de janeiro, após a realização de uma assembleia na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o movimento dos ladrilheiros encontrou o apoio total da categoria e a solidariedade do movimento operário sergipano. Um grande ato público teve lugar na sede do Centro Operário, patrocinado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria e sindicatos a ela filiados, pela Federação dos Servidores Públicos de Sergipe, pelos sindicatos da área marítima, pela Sociedade União dos Ferroviários de Sergipe e pelo Centro Operário. As mesmas entidades patrocinaram também uma grande passeata que percorreu as ruas principais de Aracaju e ter-

minou com uma grande concentração em frente à Delegacia Regional do Trabalho. A manifestação refletiu o descontentamento dos trabalhadores diante do retardamento da solução para a greve dos ladrilheiros, assim como foi de protesto contra o indiferentismo manifestado pela DRT em relação ao problema. Os oradores que falaram na concentração criticaram acerbamente a atitude do delegado do Trabalho e deixaram bem claro que, se as autoridades não se esforçassem no sentido de se chegar a um acordo, os trabalhadores sergipanos paralisariam a atividade no Estado e a culpa disso recairia sobre a DRT e os patrões. A firmeza e a unidade do movimento sindical, levaram o delegado do Trabalho, sr. Emilio Gentil, irmão de um dos maiores industriais ladrilheiros de Sergipe, a negociar com os representantes do setor patronal e, como consequência, a formular uma proposta de aumento salarial que foi aceita pelos trabalhadores.

O acordo

A assinatura do acordo realizou-se no dia 12, último prazo concedido pelo movimento sindical para a resolução do problema (a greve geral seria iniciada no dia 13), e os seus termos apresentam os seguintes itens: a) Revisão salarial na base de 30 a 45%; b) pagamento de 50% dos salários referentes aos dias de greve; c) instituição, em todas as empresas, de um intervalo diário de 10 minutos para o café; d) aumento de 30% sobre o salário mínimo regional para os mestres que trabalham por obrigatoriedade de produção; e) não punição dos trabalhadores grevistas.

NR no R. G. do Sul

DO CORRESPONDENTE PAULO DERENGO

MOVIMENTO 26 DE JULHO

Foi fundada em Porto Alegre e Movimento 26 de julho. A entidade congrega todas as pessoas que estão dispostas a defender a Revolução Cubana. Constituída a diretoria com líderes sindicais e estudantis, uma de suas primeiras providências foi enviar telegramas ao governo brasileiro e ao Governo Revolucionário de Fidel Castro. Foi aberto ainda, o voluntariado para defender o solo de Cuba, no caso de uma agressão imperialista. Mais de cinquenta pessoas já se apresentaram para pegar em armas, entre operários, estudantes e populares. O Movimento está funcionando à Rua José Montaurry, 25, sala 8.

Providência Social, a fim de que a mesma possa servir realmente à classe operária, e não aos patrões ou aos governantes corruptos.

NOVO HAMBURGO AGITADA

Os meios sindicais e operários de Novo Hamburgo foram agitados com a notícia de que o Ministério do Trabalho teria negado aprovação de contas do presidente do Sindicato dos Empregados da Indústria do Calçado, sr. Alcides Rosa.

ESCRITOR APÓIA CUBA

Marques Rebelo, o popular cronista da vida carioca estava em Porto Alegre. Na capital sulina, onde veio participar de um programa de TV, o escritor aproveitou a oportunidade para declarar à imprensa que era 3 coisas. Torcedor do América F.C. há mais de 40 anos. Antilacerdistas terreno e partidário da Revolução Cubana, pois a mesma é um magnífico exemplo para as Américas.

DIVISÃO ESTUDANTIL

O movimento estudantil universitário sofreu grave cisão com a retirada da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul do seio da União Estadual dos Estudantes. A crise começou quando os dirigentes da UEE foram paulatinamente abandonando os cargos por motivos pessoais. Em determinado momento restou apenas um dirigente estudantil, Ivã Ferreira da Silva como vice-presidente. Propôs então o presidente da FEURGS, acadêmico Fúlvia Petracco, que se compromesse a direção na base de um esquema unitário, com estudantes católicos e laicos. Todavia, houve intransigência por parte do presidente em exercício, que alegou impossibilidade de aceitar certos nomes propostos. Por unanimidade decisão resolveram então os dirigentes da FEURGS (13 faculdades) retirar-se da UEE.

AINDA CUBA

O parlamentar gaúcho Sivalva Guazelli foi a Cuba a convite do primeiro-ministro Fidel Castro. O jovem deputado da UDN declarou que na terra dos barbudos, o que mais lhe interessa é observar de perto a aplicação da Reforma Agrária. Pretende ainda ir até ao México e aos EE.UU., para comparar o regime de liberdade do povo cubano com o que existe naquelas duas outras nações.

RDA na Feira Internacional de Indústria e Comércio

Dia 27, sexta-feira, às 17 horas, será inaugurado o stand da República Democrática Alemã, na Feira Internacional de Indústria e Comércio (Campo de S. Cristóvão). O stand da RDA está instalado na rua Paraná, no interior daquela feira. Lá se encontram máquinas e outros produtos da moderna indústria da Alemanha Democrática.

Coluna do Leitor

OS COMUNISTAS E JANIO

J. C. ALEXANDRE (Belo Horizonte) — Não é de estranhar que o colunista Djolma Andrade do reacionário «Diário de Minas» procure deturpar as palavras de Prestes pronunciadas na recente conferência por ele feita na ABI. Esse colunista ganha para isso. A posição dos comunistas em relação ao sr. Janio Quadros já foi, por mais de uma vez, definida através das colunas de NR. Neste mesmo número, o leitor deve ler o artigo de Orlânio Bomfim, na 1ª página, que trata do assunto. Quanto a sua sugestão para que Prestes pronuncie, na mesma conferência idêntica à da ABI, vamos estudar e tomar as medidas para concretizá-la. Agradecemos sua carta, e esperamos continuar a merecer sua valiosa colaboração.

REVOLUÇÃO CUBANA

Do leitor JOSE ALVES ALBUQUERQUE (Recife-Pa.) recebemos para publicação:

MOTE
A Revolução Cubana
É a nossa Revolução;
GICSA

O mundo está dividido
Em dois mundos antagonicos
Que jamais serão harmônicos
Em qualquer sério sentido,
Pois um, velho e carcomido,
A realidade profana
É, perdendo a tramontana,
Pensa fazer tresandar
A História, e assim trucidada.
A Revolução Cubana.

Porém, novo e florescente,
Citando exemplos sem conta,
O outro, seguro, aponta
Que a História é renitente,
Não retroage nem mente,
E, apesar da confusão,
Traz clara a confirmação
De que Fidel é cubano,
E a Revolução de Cuba
É a nossa Revolução

OPERÁRIO DA URSS

JOÃO RIBEIRO (São Paulo) — Realmente a sua crítica tem procedência. No entanto, tomamos a liberdade de chamar a sua atenção para a reportagem que publicamos na página 4 de 1º caderno, do número 98, semana de 13 a 19 de janeiro. Ali você encontrará uma entrevista com o sr. Arthur Avalone, presidente da Federação dos Têxteis paulistas, que recentemente visitou a União Soviética. Quanto à sua viagem, não somos autorizados para tratar desse assunto. Pedimos dirigir-se ao Instituto Brasil-URSS, à Rua do México, 119, sala 1.506.

BOLETIM DA UCEP

Recebemos o primeiro boletim da União Cearense dos Estudantes Patriotas, entidade que visa congregação os estudantes nacionalistas do Ceará e cujos objetivos são «a luta pelo saerquimento da economia nacional e contra o imperialismo que espolia o país». O folheto, além de outras matérias, publica um trabalho do estudante Antônio Frota Neto sobre a reforma agrária e os problemas da educação. Sugerimos aos diretores da entidade entrar em contacto com a revista «Juventude do Mundo», redação: Benczur Uca, 34 — Budapeste VI, Hungria, através da qual poderão receber os endereços das organizações estudantis com as quais pretendem manter intercâmbio.

ANIVERSÁRIOS

Aniversariaram nos dias 3 e 4 do corrente, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a menina Zélia e a menina Hermes, filhas do casal Joaquim Fernandes Cavalcanti.

NOVOS RUMOS

Diretor: Mário Alves. Diretor Executivo: Orlânio Bomfim Júnior. Diretor-Chefe: Fragon Borges. Secretário: Luiz Fernando Cardoso. Gerente: Guttemberg Cavalcanti. Redatores: Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto. Redação: Av. Rio Branco, 267, 17º andar, S/1710C — Tel: 42-7344. Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905. SUCURSAL DE S. PAULO: Rua 15 de Novembro, 228 8º andar — s/827. Tel: 37-52 64. Endereço telegráfico — «NOVOS RUMOS» ASSINATURAS: Anual — Cr\$ 500,00; Semestral — 250,00; Trimestral — 130,00; Aérea anual, mais — 200,00; Aérea semestral, mais — 100,00; Aérea trimestral, mais — 50,00; Número avulso — 10,00; Número atrasado — 16,00.



UMA BOA PROMESSA

Na audição de piano realizada no último domingo no Grêmio Social Broqueio, em Ramos, a pequena Mara Silva Garcia (foto), de 7 anos, teve oportunidade de revelar, mais uma vez, sua vocação musical, executando ao

piano o «Feliz Encontro», de Edmond Diet. A jovem e promissora pianista, como devem estar lembrados os leitores, foi recentemente eleita rainha da festa realizada no Sítio S. Bento, em Celso, comemorativa do aniversário de Luiz Carlos Prestes.

O drama da água

Como contraste chocante à orientação do Prefeito, aparece em toda a sua gravidade o drama da falta de água em Caruarú. Nos bairros pobres da cidade, milhares formam filas intermináveis nos chácaras e chegam a ficar, muitas vezes, de 10 a 12 horas para conseguir uma lata d'água. As obras de Bonito Grande, acude programado para resolver a situação do abastecimento de água da cidade, caminham a passo de tartaruga e, apesar disso, o Prefeito é incapaz de mobilizar a opinião pública para forçar o governador Cid Sampaio a apressar a sua conclusão, como havia prometido durante a campanha eleitoral. Vivendo o drama diário da deficiência do abastecimento do precioso líquido, a população está constantemente ameaçada pelo colapso no suprimento de água, já que as reservas existentes são insuficientes para atender as suas necessidades.

A carestia

Problemas dos mais sérios e para cuja solução as autoridades municipais

Notas Sobre Livros

Um dos bons romances do ano passado é *Belém do Grão Pará* de Dalcídio Jurandir. O que se chama um romance denso, pleno de vida, de seiva humana.

A narrativa de Dalcídio Jurandir tem o ritmo normal, às vezes monótono, da existência cotidiana numa cidade de província na década de 20. Numa família pequeno-burguesa em decadência, numa terra de economia estagnada...

Dalcídio Jurandir nos oferece neste romance, de leitura muitas vezes angustiante, a degradação final de um funcionário público e sua família informados-mas impotentes com a proletarianização em que mergulham.

Virgílio Alcântara dos anos de 20 pode, sem nenhuma dúvida, ser encontrado ainda hoje em Belém do Pará e em outras cidades do Brasil, acalentando o desespero na aventura do contrabando.

Também um romance de hoje. Não só nesse clima urbano; ainda no quadro de fundo que nos encontramos: o romancista; a rebelião dos miseráveis de Quama.

Se Virgílio Alcântara encarna o desespero irremediável, Dona Inácia é o desespero do pequeno-burguês sonhando com a vitória dos semiprolétaires do campo. Sua última tabua de salvação, e num plano mais distante, como um símbolo, a Cabanada; meio lendária, meio fantástica, como um símbolo e a grande esperança.

Não que Dona Inácia, no seu terrível egoísmo, possa sentir qualquer coisa de comum com aqueles insurgentes que nada têm a perder. Mas eles são a sua vingança pelo ostracismo a que a relegou a queda de uma oligarquia e o advento de outra que lhe era contrária.

Em grande parte do livro o clima é marcado pela presença do casarão em ruínas em que vão morar os Alcântara num bairro de aburguesados. As páginas em que Dalcídio Jurandir descreve o velho pardieiro são das mais impressionantes. A tal ponto que o casarão também é personagem, mas símbolo também; símbolo da ameaça permanente que pesa sobre a cabeça daquela camada pequeno-burguesa a que pertencem os Alcântara.

Dalcídio Jurandir nos dá neste romance, com fidelidade extraordinária, uma peça importante com o que o estudioso futuro poderá conhecer, embora numa obra de ficção, um momento da nossa sociedade atual — uma sociedade que esgota o cálice de sua existência. *Belém do Grão Pará* é um repositório sociológico. E este e um entre outros aspectos que fazem dele um romance duradouro.

Rui Falcó

Tópicos Típicos

Em mais de uma ocasião temos comentado depreciativamente artigos e atitudes do sr. Gustavo Corção. O sr. Corção tem sido oentido (e ridicularizado) nesta coluna como um racionalista de quatro costados, um entreguista empenehado, uma figura cujas posições são dignas de mais veemente repúdio, em suma.

Hoje, sem que tenhamos alterado fundamentalmente o conceito em que o temos, vamos, todavia, prestar-lhe a homenagem simbólica de algumas palavras.

Escrevendo sobre o livro "Reforma Agrária — Questão de Consciência", o sr. Gustavo Corção (*Diário de Notícias* de 21-1-61) antecipa-se a críticas de esquerda, em geral, e aponta aquela obra como contendo uma "estranha e incompreensível defesa do status quo, das classes dirigentes". Com a sua autoridade de escritor católico insuspeito de simpatias pelo socialismo, o sr. Corção pulveriza a candura com que os quatro autores do livro (dos quais dois são bispos) apresentam o problema da Reforma Agrária, fazendo, de um lado, a apologia de intangibilidade dos direitos dos latifundiários e, de outro, apoteosando "contra o pobre que tiver a ousadia de gemer!".

Em dado momento de seu artigo, o sr. Corção recorda certa má-vontade do pensamento cristão relativamente à riqueza, desconfiança consubstanciada na frase do Cristo: "É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus". Recorda, ainda, que, segundo Chesterton, "os católicos cada dia inventam guardas maiores e camelos menores para não desmentirem os Evangelhos".

Diante do livro "Reforma Agrária — Questão de Consciência", Corção pergunta: "Será possível que ainda exista, hoje, na posição social dos autores, alguém tão assustadoramente alheio ao que vai pelo mundo? Será possível, dentro da Igreja, encontrarmos, ainda hoje, o respeito pela riqueza formulado com tamanho desembaraço?"

Na mesma semana, e quase no mesmo dia, em que o sr. Gustavo Corção fazia publicar observações tão inteligentes, o prof. Guerreiro Ramos, na *Última Hora*, assinava um artigo em que chamava Kruschiov de "lacedriasta" e em que dizia: "Marxismo-leninismo é sofistica. Ou ainda, forma contemporânea de magia".

Impermeável a argumentação do nosso companheiro Renato Guimarães (de cuja crítica, publicada aqui em NOVOS RUMOS, revelou ter tido conhecimento), o sr. Guerreiro Ramos encastela-se numa visão equivocada do problema brasileiro, delira de vaidade, não percebe e nem quer perceber o quanto as suas atitudes divisionistas vêm de encontro às conveniências da reação.

É o resultado de tudo isso e o mais surpreendente: na semana que passou, tivemos o sr. Guerreiro Ramos escrevendo como o sr. Gustavo Corção e o sr. Gustavo Corção escrevendo como o sr. Guerreiro Ramos, nos tempos em que este era mais lucido.

Pedro Severino

O Operário João Luiz de Souza

DALCIDIO JURANDIR

"Noite e Esperança", de Milton Pedrosa, foi escrita há uns doze anos, se não me engano. O autor guardou a novela, sem pressa de publicá-la, experimentando-lhe a resistência nesse longo silêncio. Agora vem o livro, como um vinho de bom tempo.

Aqui está a novela de um operário preso pela polícia, pela polícia torturado, e dela libertado. Libertado, sim, porque adquire, no horror da prisão, a noção de uma liberdade que ele antes nem admirava. João Luiz de Souza, operário especializado, marcava o seu cartão na fábrica, todos os dias, pontual, ordeiro, alheio a acontecimentos importantes no mundo. Era, de certo modo, um "ingênuo". Aceitava a vida sem revolta nem investigações. O seu fim: trabalhar, e aí estava o motivo que convecu os policiais a prendê-lo, torturá-lo, pois tramitava, e trabalho não tem perdão. Em todo operário há uma conspiração, uma ameaça.

Nestes anos, Milton Pedrosa me ditou muito sobre os problemas da ficção, sobre velhas e candentes questões do escritor, seu tempo, o povo, etc. Amadureceu o estilo, apurou suas qualidades de clareza e urceição que se acentuam em "Noite e Esperança". Submeteu a novela a um julgamento severo, e dela soube fazer uma confissão e um programa, agora, no seu pequeno literário. A presença do personagem é sóbria e nítida. Ostenta-nos na fábrica, no meio dos ruídos, o silêncio do homem trabalhando, «Não, não podia pensar em outra coisa. Cérebro, mãos, olhos, todo o ser existia para trabalhar metal incandescente na máquina em que concentrava as suas forças».

Esta primeira atmosfera do livro é violentamente varrida quando chega a polícia que apanha o operário e o prende e o espnca com minúscula crueldade. Aqui começa a intensidade das situações, narradas com firmeza. O autor é

Uma Escola Nacional de Cinema

M. SILVEIRA DE FARIAS

A recente Convenção da Crítica Cinematográfica recomendou a criação imediata, por decreto, de uma Escola Nacional de Cinema.

A idéia não é nova. Já foi objeto de recomendações similares nos dois Congressos de Cinema Brasileiro realizados alguns anos atrás. Aquelas recomendações, como quase todas as daqueles Congressos, permaneceram no plano dos «estudos» e jamais se concretizaram. Talvez tenha sido bom, porque se hoje ainda é um tanto prematuro a criação de uma escola desse gênero, muito mais seria naquela época. Há 4 ou 5 anos atrás, a criação de uma escola de cinema seria um ato de pura precocidade e uma inversão completa do processo normal de criação de um cinema brasileiro. Antes de formar quadros técnicos e artísticos é indispensável que exista mercado de trabalho para esses profissionais.

Se não temos indústria cinematográfica, não dispomos de mercado de trabalho para profissionais de cinema.

E se o quadro era esse, até há bem pouco tempo, seria gratuito, superfluo, incoerente, criar uma escola de cinema.

Hoje, porém, as condições, ainda precárias, já são bem melhores. Já se esboça uma legislação industrial para a cinematografia nacional. Os centros produtores mais importantes do país já adquirem feição industrial. O número de filmes produzidos aumenta de ano para ano. A televisão se revela excelente mercado para fitas publicitárias. E as grandes empresas estatais, paraestatais e particulares servem-se, cada vez mais, do cinema como veiculo de relações públicas, originando desta arte uma considerável produção de documentários.

Eis que já é lícito reclamar uma escola de cinema destinada a formar quadros técnicos e artísticos para o cinema que está aí e para

o cinema que virá em breve, mercê da legislação que o novo governo adotará.

A recomendação que ora se cuida em executar originou-se de uma proposta e de um projeto dos críticos do *Diário Carioca* J.G. e J.R. Santos Pereira. A idéia foi aceita por todos, embora algumas vezes mais ponderadas algumas vezes mais exaustivos antes de aprovar e encaminhar o projeto. O senso prático e a experiência que se tem de tais «estudos» levou a delegação carioca, logo apoiada pela maioria, a não aceitar as objeções levantadas e a demandar a necessidade de aprovação imediata do projeto e da proposta. A maioria venceu. A criação da Escola Nacional de Cinema transformou-se numa das Resoluções da Convenção.

Não são poucos nem destituídos de razão os que pensam ser ainda prematura essa escola. Não são poucos também os que receiam da eficiência do novo centro de ensino. Se examinarmos os resultados da atuação das duas escolas de cinema mais famosas do mundo ocidental — Instituto de Altos Estudos Cinematográficos (I.D.H.E.C.), da França, e Centro Experimental de Cinematografia (C.S.C.), da Itália — veremos que muito pouco, de fato, contribuíram para o cinema francês ou italiano. A escola de cinema criada na Espanha também não chegou a suscitar, até o momento, o aproveitamento de um grande cinema espanhol. Não se trata de pessimismo, apenas de constatação. Não se pode fugir aos fatos. Ademais, a desagradável denúncia desses fatos não implica em negação dos benefícios que uma escola de cinema possa trazer. Significa, entretanto, funda preocupação pelo destino e o papel que uma escola desse gênero possa ter no Brasil.

A ineficiência e a gratuidade são regras comuns da vida social e

administrativa do Brasil. Não se pode permitir que uma escola de cinema, em nosso país, tenha essa triste fortuna.

Tenho prã mim que o fracasso das grandes escolas de cinema da França como da Itália ou da Espanha, deriva do caráter essencialmente «acadêmico» que as informa. O mesmo vício que impede nossas escolas de belas-arts ou nossos conservatórios de música de frutificarem como deveriam. Basta passar os olhos pela diversificação dos cursos, e pela programação curricular dessas escolas para sentir a impossibilidade de praticarem um trabalho proveitoso e eficiente em prol da indústria e, especialmente, da arte cinematográfica. A pletera de cursos teóricos, a ênfase em minúsculas insignificantes, o romantismo, o alheamento à situação de fato da indústria de filmes, a precariedade do magistério, são alguns dos fatores que impedem a produtividade dessas escolas, num exame primeiro e superficial.

O projeto inicial dos irmãos Santos Pereira incidia nesses defeitos e conjugava-os numa verdadeira macro-academia. Longe de nós esquecer o trabalho dos críticos do *Diário Carioca* ou o interesse que demonstraram na defesa do projeto e o esforço com que se dedicam à sua concretização. O projeto, ao cabo, refletia a organização dos principais centros de ensino cinematográfico do mundo ocidental. Se reparo fazemos é porque entendemos que a transplantação de modelos estrangeiros, via de regra, não funciona, especialmente se os modelos já não se revelam credenciados com legítima validade.

Sabe-se agora que o projeto, com substanciais alterações, marcha para a execução. A Associação Brasileira de Cronistas Cinematográfi-

cos incumbiu os próprios autores do projeto de submetê-lo à alta consideração do ministro da Educação e Cultura.

O senso prático do professor Clóvis Salgado muito contribuiu para despojar o projeto de seus excessos e para torná-lo mais viável. Reduziu-se a dezena de cursos a apenas três: direção-produção, cinegrafia e montagem. As sugestões do ministro e o projeto de organização da Escola voltaram à ABCC que os discutiu minuciosamente e com profundo e salutar interesse. Em seguida os irmãos Santos Pereira encaminharam o projeto já devidamente elaborado ao ministro da Educação e Cultura que o levou à sanção presidencial. Se tudo correr bem, no próximo ano teremos a Escola Nacional de Cinema funcionando no Rio de Janeiro. Se o atual projeto atenderá ao interesse da cinematografia nacional e dos futuros estudantes é o que discutiremos em próximo artigo.

Agosti escreve a Astrojildo: Machado de Assis!

O escritor argentino Héctor P. Agosti, diretor da revista CUDERNOS DE CULTURA, enviou uma carta a nosso colaborador Astrojildo Pereira, onde são feitas algumas considerações em torno de Machado de Assis e do que se publica sobre ele. Abaixo publicamos o texto da carta:

Buenos Aires, 12 de dezembro de 1960.

Meu muito prezado Astrojildo Pereira:

Já faz muito tempo que lhe devo uma resposta tão cordial remessa de seu livro MACHADO DE ASSIS. Fui retardando e essa resposta na espera de obter seu endereço particular, o que não me foi possível. Escrevo-lhe agora, por intermédio da editora, na esperança de que estas linhas possam chegar ao seu poder. Agradeço-lhe, em todo caso, que me ponha a par do recebimento desta.

Não sou um conhecedor muito assíduo de Machado de Assis, porém o seu livro abriu-me novas perspectivas referentes ao significado que se pode atribuir ao autor de BRAS CUBAS.

Há algum tempo atrás, li na REVISTA BRASILENSE um artigo de Octavio Brandão que me deixou desconcertado. Parece-me que ele se defendia das objeções de alguns críticos ao seu livro O NILILISTA MACHADO DE ASSIS. Não conheço o livro de Brandão (que observo ser por você qualificado de infeliz); não conheço nada dele, exceto as objeções que lhe fazem os críticos, mas, através delas, parece-me um livro marcado por um erro de perspectiva histórica, isto é, pela pretensão de julgar a obra de um escritor do século XIX retirando-o do meio social concreto em que essa obra se manifestou.

A importância que vejo em seu livro, meu prezado Astrojildo, é — a parte de seu estilo tão claro e atraente — a de reivindicar para Machado de Assis a posição de valor nacional do povo brasileiro. Assumi essa posição crítica repetidas vezes e, desde já, sinto-me satisfeito por vê-la compartilhada. Muitos de nossos equívocos nesse assunto provieram de certa inflexibilidade dogmática na apreciação dos fenômenos culturais. Dessa forma, entregamos sem luta às classes dirigentes riquezas culturais que pertencem exclusivamente ao povo. O caso de Machado de Assis, pelo que se desprende de seu livro, parece-me, a esse respeito, típico e exemplar. Faz bem você, portanto, em recuperá-lo com veracidade, sem demagogia, enquadrando-o no seu ambiente histórico, explicando as circunstâncias concretas que tenham podido determinar seus limites ideológicos. Creio que a crítica marxista não pode agir de outra forma.

Felicitoo muito cordialmente pelo seu trabalho e permitame estímulá-lo a prosseguir nessa tarefa, pois, antes de tudo, temos de empreender o necessário trabalho de revisão na história cultural de nossa América.

Faça-me saber, por favor, se recebeu estas linhas e me envie seu endereço. É francamente lamentável a falta de comunicação com que nos encontramos em nossa América. Desejo-lhe os melhores votos para 1961 e aperto-lhe fraternalmente a mão.

HECTOR P. AGOSTI Echeuta 537, 2º. F Buenos Aires, Argentina



POSSE DA DIRETORIA DA UBE (PE)

A Livraria Editora Nacional, em Recife, reuniu, dia 10, dezenas de intelectuais e personalidades, para a posse da nova diretoria da União Brasileira de Escritores, seção de Pernambuco.

Entre os presentes à solenidade, podemos citar figuras como o desembargador Djaci Falcão, presidente do Tribunal de Justiça, Pelópidas Silveira, vice-governador do Estado, Miguel Arraes, prefeito de Recife, Hermilho Borba Filho, diretor do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, Célio Meira, presidente da Academia Pernambucana de Letras, Olimpio Costa Júnior, diretor da Biblioteca Pública. Também NOVOS RUMOS se fez representar, através de um de seus redatores, o escritor Rui Falcó.

Na ocasião discursou o novo presidente da UBE (seção de PE), o escritor Paulo Cavalcanti, que na ocasião referiu-se à nova fase da associação dos escritores brasileiros como auspiciosa, além de abordar os problemas específicos dos homens de letras, entre eles suas preocupações e atividades relacionadas com os problemas gerais do país, os problemas de nosso povo.

A nova diretoria ficou assim constituída: presidente, Paulo Cavalcanti; 1º vice-presidente, Carlos Moreira; 2º vice, Cesário de Melo; 1º secretário, César Leal; 2º secretário, José Gonçalves de Oliveira; Tesoureiro, Andélio Alves; diretor da Divisão de Teatro, Joel Pontes; diretor da Divisão de Intercâmbio Cultural, Edison Régis; diretor da Divisão de Artes Plásticas, Abelardo da Hora, diretor da Divisão de Imprensa, Paulo Fernando Craveiro. O Conselho Fiscal foi formado por Gastão de Holanda, Edmir Domingues da Silva, Lucílio Vaz Júnior, Clóvis Melo e Renato Carneiro Campos.

Após a solenidade de posse foi feito o lançamento dos livros "Corcel de Espuma", de Edmir Domingues da Silva, e "Machado de Assis e o Teatro", de Joel Pontes.

As Favelas e a Constituição

MÉRCULES CORRÊA DOS REIS

A luta heróica dos favelados para conquistar o direito de morar num barraco lhes valeu inúmeras vitórias, principalmente desapropriações, por atos da Câmara Municipal, de terrenos onde se localizavam algumas favelas da Guanabara.

Hoje, esse direito, conquistado à custa de duras lutas, já é reconhecida por amplos setores, inclusive da administração, como o caso do sr. Artur Rios, diretor de Departamento de Assistência Social do Estado, que, em trabalho publicado por órgão da imprensa paulista, e do qual participou o padre Labret, tinha uma série de argumentos em favor das reivindicações da população favelada do Rio de Janeiro. Também um recente manifesto assinado por 57 padres, cuja transcrição nos anais da Assembléia foi por nós solicitada, revela a que ponto chegou a compreensão desse problema em círculos os mais diferentes da vida cariaca. Hoje, finalmente, já podemos afirmar que os documentos e publicações oficiais consideram o favelado como trabalhador e não mais como vagabundo e preguiçoso, como se viu no tempo em que administrava a cidade o sr. Mendes de Moraes.

Apesar dessa nova situação, as vitórias conquistadas pelos favelados ainda não estão consolidadas. Os casos criados com as desapropriações realizadas, ainda não foram resolvidos. As dificuldades para a construção e remodelação de barracos ainda continuam. A ação dos políticos, dos caçadores de votos, cria dificuldades para a organização dos favelados. A imprensa reacionária ainda continua a apresentar as favelas como centros de molandragem.

A Constituição do Estado da Guanabara, ora em elaboração no Assembléia Constituinte, poderá permitir a consolidação dos direitos já reconhecidos e é também oportunidade para que outros direitos sejam conquistados. Nesse sentido, é necessário lutar para obter a inclusão na Carta Magna das seguintes reivindicações dos 800 mil favelados do Rio de Janeiro: a) desapropriação obrigatória, pelo Estado, de favelas sujeitas a despejo iminente; b) facilidades para que o favelado possa reconstruir e melhorar o seu barraco; c) garantir um mínimo de 3% da receita estadual (a que representaria mais de 1 bilhão de cruzeiros em 1961) para obras como acesso, rede de esgôto, escolas, luz, água, etc.

A aprovação dessas medidas, além de beneficiar uma grande parte da população do Estado, resolverá uma situação anômala, pois obrigará as autoridades estaduais a reconhecer de fato a favela como um bairro, o que significará obrigação de dedicar a elas toda a atenção da administração.

A Constituição deve também reconhecer a organização dos favelados e, consequentemente, o direito de suas organizações se entenderem com as autoridades, como já está previsto na lei 899, para tratar dos problemas atinentes às obras que deverão ser executadas nas favelas.

A compreensão já atingida em relação ao problema não significa a ausência de oposição para o que propomos. Grileiros, políticos que tenham interesses excusos, todos os que são contra a consolidação dos direitos dos favelados se mobilizarão para impedir a sua concretização. A mobilização da população favelada é fundamental para garantir as proposições já incluídas no anteprojeto de Constituição que será examinado pela comissão constitucional e que foi apresentado pela subcomissão de Economia, Trabalho e Finanças.

CLIMA DE INSEGURANÇA E INTRANQUILIDADE NO ESQUELETO

Favelados Não São Contra Avenida, Mas Querem um Lugar Para Morar

— Há dois anos estiveram aqui uns homens da Prefeitura, medindo o terreno e marcando barracos a tinta vermelha. Diziam que ia passar uma avenida e que os barracos marcados seriam demolidos. De lá pra cá, só temos ouvido boato.

A explicação foi dada pelo sr. Antunes dos Santos, conhecido na favela do Esqueleto, onde mora há 9 anos, como Jamelão. A história é verdadeira: o programa Radial Oeste, uma das mais importantes avenidas do plano de urbanização da cidade, deverá passar pela favela do Esqueleto cortando-a pelo meio. A execução da obra obrigará a destruição de uns 4 mil barracos e o consequente despejo de cerca de um terço dos moradores daquele aglomerado. O que não se conhece ainda, da história, é o destino que as autoridades darão às famílias que serão despejadas. Tal fato, alimentado pela onda de boatos que diariamente circulam sobre o assunto, provoca uma situação de insegurança e intranquilidade entre os favelados, ignorantes da que se pretende em relação a ele.

A solução

A situação que vai se criar na favela do Esqueleto, está indicada no artigo 7º do capítulo III (Dos direitos sociais e do Trabalho) elaborado pela subcomissão correspondente e que faz parte do anteprojeto da Carta Magna da Guanabara a ser aprovado pela comissão constitucional. Diz o artigo 7º: «Em caso de desapropriação de áreas ocupadas por favelas, de necessidade de remoção de populações faveladas,

para utilizar o local em fins de interesse público maior... o Estado não promoverá a desocupação, sem antes dadas as residências salubres em local mais próximo do primitivo, ou sem antes indenizar em dinheiro os interessados que preferirem essa compensação».

No caso dos moradores da favela do Esqueleto que serão atingidos pela desapropriação, a reportagem pôde constatar a existência de um sentimento quase unânime de que o compensação venha através da construção de barracos melhores em local mais próximo do que atualmente habitam. Alegam os moradores que o pagamento da indenização em dinheiro poderá criar problemas no que se refere à valorização exata do barraco destruído. E, mais, que uma solução desse tipo não resolverá o problema que os levou a habitar em favela a moradia.

— Uma indenização de 30 ou 40 mil cruzeiros não dá para construir um novo barraco — diz um.

— Eu quero é um barraco para morar, com o dinheiro não se faz nada — diz outro.

Uma senhora, moradora da favela há mais de 10 anos, foi mais longe nas suas reivindicações. Afirmando que a desapropriação dos terrenos da favela onde deveria passar a avenida, poderia levar os favelados a exigir do governo do Estado a construção de casas populares em local como Campo Grande, por exemplo, dotadas dos mínimos requisitos de higiene e conforto, que seriam ocupadas pelos despejados. Para reforçar sua argumentação, a referida senhora afirma que o Estado poderia re-

cuperar o que gastou cobrando do morador uma prestação módica pela casa.

Quanto custa um barraco

Além da desconfiança em relação à Justiça das autoridades quando chegar a hora de pagar a indenização, os moradores que exigem a construção de um novo barraco em outro local se baseiam na realidade da situação. Um barraco, por menor que seja (um quarto de 2x2 e um lugar para cozinhar e comer) está custando por volta de 40 e 50 mil cruzeiros. Barracos maiores exigem 70 e 80 mil cruzeiros de despesa para serem construídos. O governo, eles pensam, vai pagar muito menos do que o necessário para se construir outro e, mesmo que o fizesse, ainda ficaria o problema do local para ser resolvido. Os moradores estão convencidos da necessidade de se mudarem, não são contra a avenida, mas só o farão depois que as autoridades garantirem o futuro.

— Queremos ver o prato no branco. Sem saber para onde vamos e como

é que o governo vai resolver o nosso caso, não sairemos daqui.

Os moradores da favela do Esqueleto, que não dispõem de uma associação que defenda os seus interesses, e por isso mesmo estão nas nuvens em relação ao problema do despejo, têm com a existência desse problema a oportunidade para se organizarem e assim defenderem melhor seus direitos. Favela com mais de 12 mil barracos e cerca de 50 mil habitantes, o Esqueleto apresenta todos os problemas específicos a esse tipo de conglomerado humano. Condições de higiene são mais precárias, falta de luz, água e falta de escola. O acobertamento do hospital inacabado que deu origem à favela, onde o governo vai instalar um posto policial dispendido até de xadrez, poderá, com pequena despesa, comportar um galpão escolar e um posto médico.

Além disso, está a exigir medidas as mais urgentes para a higienização do local, o saneamento de um córrego de águas poluídas que acompanha a favela em toda a sua extensão.



Barraco só não basta

Os moradores da favela do Esqueleto não querem apenas um barraco. Se mudarem exigem que o governo lhes proporcione moradia melhor e condições de vida mais humanas do que as que desfrutam.

Governo Não Cumpre Lei: Fixa Tarifas da Light "a Olho"

Enquanto em muitos países do mundo as tarifas de eletricidade estão baixando, no Brasil elas aumentam quase todo ano. Nunca houve uma rebaixa de tarifas por parte dos concessionários estrangeiros de serviços de eletricidade no Brasil. E no entanto é certo que o custo destes serviços das concessionárias terá baixado, pelo aumento do rendimento técnico das instalações, pela utilização cada vez maior e até superutilização da capacidade instalada, pelo intenso movimento de urbanização que concentra o consumo, sobretudo nas grandes centros servidos pela Light e, principalmente, porque as concessionárias têm deixado ao Poder Público a tarefa dos grandes empreendimentos de eletricidade nas áreas menos desenvolvidas, de menor densidade de consumo e, portanto, de menor rentabilidade.

A redução dos custos dos serviços de eletricidade inclusive é um fato em vários outros países. Na Canadá, as tarifas de eletricidade, em 1930, já eram a quarta parte das de 1910. Também na França e na Inglaterra há contínuas reduções no preço da eletricidade. Nos Estados Unidos, entre 1932 e 1952, as estatísticas já registravam uma redução de cerca de 40 a 50% das tarifas de eletricidade nas áreas menos desenvolvidas, de menor densidade de consumo e, portanto, de menor rentabilidade.

Como mostrou o norte-americano David A. Lilienthal em seu livro «TVA — Democracia em marcha», a redução das tarifas foi menor na EUA em virtude da resistência das monopólios privados em abrir com o público os resultados econômicos do progresso técnico. Foi a concorrência da empresa estadual norte-americana, a «Autorquia do Vale do Tennessee» (TVA) que forçou a baixa das tarifas.

Custo é segredo

Aqui, igualmente, os truques da eletricidade fazem tudo o que podem para manter elevadas as tarifas. O regime do Código de Águas, que determina a fixação das tarifas à base do custo de produção, nunca foi cumprida para as concessionárias; o governo até hoje não conseguiu descobrir o custo de produção da eletricidade em nosso país. Além disso, a avaliação dos custos nos empreendimentos do Estado favorecerá a Light pela comparação com uma energia produzida em condições econômica muito mais desfavoráveis do que na área das concessionárias estrangeiras.

O Governo não pode continuar aceitando sem verificação a alegação de baixa rentabilidade das empresas, fixando tarifas «a olho», por pressão do truste. A investigação do custo de produção da eletricidade é tarefa urgente para os governos federal e estaduais e, em virtude da quantidade de manobras utilizadas pelas concessionárias que descrevemos em números anteriores, essa investigação só pode ser feita mediante o tombamento físico e contábil das empresas concessionárias de serviços de eletricidade, a exemplo do que se fez no Rio Grande e do que se está fazendo em Minas Gerais. Em Minas repetindo-se os fatos do R. G. do Sul, já foram descobertos lucros ilegais da «Bond

and Share» de quase meio bilhão de cruzeiros.

Fim das doações

Igualmente está mais provável que a entrega, às concessionárias, de recursos públicos, de empréstimos, doações ou subsídios cambiais do governo ou de doações dos consumidores obrigados a pagar a instalação do serviço que pretendem utilizar, não passa de caminho certo para aumentar a exploração dos usuários e reforçar o setor estrangeiro da economia brasileira, prejudicando a industrialização do país.

Nesse sentido a aprovação definitiva da Eletrobrás será um grande passo à frente, ao garantir que os recursos do governo sejam aplicados pelo próprio governo, e não mais entregues às concessionárias estrangeiras, como vem sendo feito.

Distribuição estatal

Igualmente torna-se cada vez mais necessário, à medida que aumentam os empreendimentos estaduais no setor de eletricidade, definir um sistema de relações entre essas empresas estaduais e as concessionárias privadas estrangeiras. O governador do Rio Grande do Sul já protestou contra a venda em grosso de energia produzida pelo Estado às concessionárias para que elas o distribuam. Também em Pernambuco, onde a «Bond and Share» vende ao público, por Cr\$3,00 o KW, a energia comprada a «Paulo Afonso» por Cr\$0,05, está se encarando a possibilidade de ser feita a distribuição pelo próprio Estado, pelo menos em algumas áreas.

A mesma coisa está sendo estudada na Bahia. Em S. Paulo, o Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica rejeitou parecer de seu relator favorável à distribuição pela «S. Paulo Light» da parcela de energia de Furnas que caberá ao Estado de S. Paulo, tendo sido decidido que a «Light» só receberá 9% dessa energia, correspondente aos 9% de ações preferenciais que ela possui na Central Elétrica de Furnas.

Dentro dessa mesma linha, de fazer com que os recursos públicos sejam aplicados somente pelo próprio Estado, é preciso impedir que seja levada à prática a permissão contida na lei da Eletrobrás (§ 4º do art. 15) para que esta se associe a qualquer empresa privada de eletricidade, desde que autorizada pelo presidente da República, ouvido o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Energia na Guanabara

Tudo o que foi dito por nós a respeito dos concessionários estrangeiros, particularmente da «Light», aplica-se ao serviço de eletricidade especificamente no Estado da Guanabara. Com a agravante de que os longos anos de intervenção federal nesta região aumentaram a submissão e falta de fiscalização dos órgãos governamentais em relação às concessionárias.

Agora que se organizam os serviços do Estado e sua nova constituição, é preciso que seja criada uma Comissão

Estadual de Energia Elétrica, para a qual a União transfira as atribuições de conceder ou autorizar o aproveitamento de fontes de energia hidráulica, nos termos do Código de Águas. Determina este Código que, antes de ser feita esta transferência de atribuições para o governo estadual, a Divisão de Águas e Energia Elétrica (federal) terá que se pronunciar sobre a aplicação do Código de Águas por esse governo estadual. E o governo só pode, de fato, verificar o cumprimento do Código de Águas, realizando o tombamento físico e contábil e averiguando a custo de produção de energia, para efeito de fixação de tarifas.

Ainda há uma outra razão para que o tombamento físico e contábil e a verificação dos custos da energia sejam especialmente necessários no Estado da Guanabara. Está prevista uma escassez de energia no Estado daqui 3 a 4 ou 5 anos, se não forem adotados as providências necessárias. A

hipótese mais levantada tem sido a construção de uma usina térmica, cujo custo inicial é aproximadamente metade e o prazo de construção menor do necessário à construção hidráulica, mas cujo custo do kw gerado é mais elevado.

Caso seja construída essa usina térmica pelo Estado, é preciso que este conheça o custo da energia em toda a área, para que a Light não seja beneficiada com aumentos de tarifas baseados em custos de energia térmica, mais cara inclusive porque a usina será construída em uma época de câmbio para importação mais desfavorável do que aquela em que foram importadas as velhas usinas da Light.

Por outro lado é preciso estabelecer desde já que o Estado da Guanabara não deve gerar eletricidade para que a Light a distribua, mesmo porque a Light está há muito tempo exigindo que seus consumidores novos paguem as novas instalações de distribuição.



Passará por aqui

A Radial Oeste cortará a favela do Esqueleto pelo local passando exatamente pelo local indicado pela foto. A construção obrigará a destruição de mais de 4 mil barracos e o despejo de cerca de um terço da população da favela. Os que foram atingidos pela medida não se contentam com uma indenização, querem que o governo construa melhores barracos em local próximo e sabem que essa será a única medida capaz de atender aos seus interesses. Indenização, dizem eles, não interessa. O dinheiro que venham a receber não dá para construir outro barraco.

INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS FOI A RAZÃO DA CRISE

Laos: Frente Quente na «Guerra Fria»

As 2 horas e 30 minutos do dia 9 de agosto de 1960, as tropas de paraquedistas comandadas pelo capitão Cong Lee, completando o movimento iniciado nos primeiros dias de julho, desbaratava uma trama contra-revolucionária e assegurava a existência do governo presidido pelo príncipe Savanna Fuma. Três dias depois, a maioria de 30 dos 52 deputados do Parlamento laociano aprovava a constituição do novo governo do Laos, já com o referendo do rei, e levava o primeiro-ministro ocidentalista Somsanith a se demitir. Se daí para a frente tudo corresse normalmente, se não se registrasse mais um episódio de ingerência aberta dos Estados Unidos nos assuntos internos de um país, por-se-ia fim a mais um foco de crise no sudeste asiático, criar-se-iam as condições para a aplicação de uma política de acordo com os interesses do povo da jovem nação.

As origens da crise

Sob o domínio da França desde 1893, o Laos só conquistou a sua independência definitiva em 1954, depois da derrota dos colonialistas franceses na Indochina e em virtude dos acordos de Genebra que puseram fim a esse domínio. A luta pela libertação começou realmente em 1940, com a organização do Laos Issarak (movimento de libertação laociano), sob a liderança dos príncipes Savanna Fuma, Petasath e Suvanavong. A ocupação japonesa propiciou a formação de um primeiro governo independente, dissolvido em 1946 com a retomada do território pelos franceses. Depois disso, desagregou-se a frente patriótica e, enquanto Savanna Fuma assumia as rédeas de um governo fantoche no Laos transformado em protetorado francês, o príncipe Suvanavong reorganizava o Laos Issarak e reiniciava a luta armada contra os colonialistas, participando ativamente da guerra da Indochina que levou à liquidação definitiva do colonialismo francês no sudeste asiático.

A nova situação criada naquela região, abriu as portas para os apêlices imperialistas dos Estados Unidos, que iniciaram as manobras para se apoderar das áreas antes sob o domínio do sócio colonialista europeu. O Vietnã do Sul e a Tailândia logo caíram em suas garras, o que não ocorreu com o Camboja, que conseguiu estabelecer a situação interna e orientar-se por uma política exterior neutra. Ao acordo de Genebra, que pôs fim à guerra na Indochina, assinado por 8 países (URSS, Grã-Bretanha, França, China Popular, Vietnã do Sul, República Democrática do Vietnã, Camboja e Laos), não conseguiu pôr um freio à ação ilegal dos imperialistas de Washington. Depois do fracasso no Camboja, os Estados Unidos voltaram suas vistas para o Laos.

Este país, entretanto, apresentava uma situação peculiar. Durante a luta de libertação, os partidários de Suvanavong se organizaram no Pathet Laos, organismo político e militar que controlava as províncias de Sam Neua e Fong Saly, no extremo norte do país que, pelos acordos de Genebra, receberam estatuto de autonomia completa. A situação foi reconhecida por todos as nações (inclusive os Estados Unidos), que se comprometeram a respeitar os termos do tratado assinado em Genebra. A reintegração das províncias autônomas só poderia se efetivar após negociações entre o Pathet Laos e o governo laociano. Uma comissão internacional da qual participavam a Índia, o Canadá e a Polônia foi designada para fiscalizar o cumprimento das resoluções de Genebra.

O príncipe Savanna Fuma, chefe do governo, conseguiu, em 1957, após 3 anos de negociações, a unidade do país. Fez-se o acordo com o Pathet Laos, as províncias passaram ao controle do governo de Vientiane, as forças armadas revolucionárias foram absorvidas pelo exército real e o príncipe Suvanavong, juntamente com outro líder do Pathet Laos, passou a intervir o governo de coalisão formado depois do acordo.

A paz interna aparentemente conseguida, não agradou os norte-americanos que viam diminuir cada vez mais as possibilidades de se apoderar do Laos e instalar no país um governo completamente servil à sua política. Essas possibilidades se apresentaram mais remotas depois das eleições de maio de 1959, que marcaram as tendências do povo laociano (o Neo Lao Haksarat, partido político em que se transformou o Pathet Laos, elegeu 20 deputados num Parlamento de 59), e se constituiu em aprovação tácita para a política neutralista do primeiro-ministro Savanna Fuma. As eleições levaram o chefe do governo a considerar a situação do país plenamente normalizada e a solicitar a retirada dos membros da Comissão de Controle.

Foi a conta. Os elementos reacionários do país começaram a se organizar e a preparar, com a ajuda dos norte-americanos, um golpe de Estado. Sob a direção dos irmãos Fui e Ngo o Sananikon surgiram organizações direitistas que iniciaram, sob a capa do anticomunismo, a luta sorda para desalojar do Poder as forças neutralistas. Em agosto de 1958 as manobras foram coroadas de êxito: um golpe de Estado derrubou o governo de Savanna Fuma e Fui Sananikon assumiu as rédeas do Poder. O parlamento foi dissolvido, os membros do Neo Lao Haksarat perseguidos e aprisionados.

Um novo período

Consumado o golpe, os norte-americanos passaram a auxiliar abertamente o novo governo. Os dólares começaram a ser derramados em quantidades incalculáveis para um país como o Laos: dois e meio milhões de dólares mensais para um país de 1,5 milhões de habitantes (o maior índice per capita de auxílio já fornecido pelos Estados Unidos a qualquer país). Dinheiro para comprar consciências e alimentar um grupo de provocadores voltado contra a China Popular e o Vietnã Democrático. A corrupção passou a imperar; o povo, apesar do "auxílio" lanque, vivia miseravelmente.

Os elementos do Pathet Laos, expulsos do governo e sujeitos a uma onda sem precedentes de perseguições e violências, concentraram-se novamente nas duas províncias do norte e reiniciaram a luta guerrilheira contra a câmarilha reacionária que se apoderara do Poder e abandonara a política de neutralidade exigida pela maioria da população. Voltava o Laos a apresentar o quadro existente em 1954 e que obrigou à instituição da Comissão de Controle. Diversos países exigiram a volta dos representantes da Polônia, da Índia e do Canadá para examinar a nova situação. O governo reacionário do Laos, sob a orientação dos Estados Unidos, se negou a aceitar que a Comissão reiniciasse o trabalho. Assim o fizeram também alguns países ligados à política agressiva norte-americana. O golpe de Estado instaurara uma situação ilegal no Laos, abertamente apoiada pelos ianques e por seus sócios asiáticos das Filipinas, da Tailândia e da Austrália (membros da SEATO).

Entretanto, o regime de corrupção e violências posto em prática pela quadrilha de Sananikon e a orientação cada vez mais belicosa imprimida à política externa do país, provocou um sentimento de revolta que ia crescendo. O reinício da guerra civil fazia aumentar o clima de insegurança e abalava os alicerces que jamais foram sólidos do governo reacionário. A ação dos paraquedistas de Cong Lee, em agosto de 1960, foi a consequência lógica de uma crise que amadurecia a olhos vistos.

O reverso da medalha

O retorno do país às normas legais estabelecidas pelos acordos de Genebra, depois da ação dos paraquedistas de Cong Lee que levaram o príncipe Savanna Fuma a chefiar o novo governo, dedicaram mais a situação no país. Os reacionários derrotados do Poder abrumaram definitivamente o jogo, e, sob a proteção descarada dos Estados Unidos e seus asselados do Vietnã e da Tailândia, começaram a lutar contra o governo legal.

Savanna Fuma, em discurso que fez no Parlamento no dia 12 de agosto de 1960, afirmou que o seu governo iria "aplicar uma política de neutralidade, de acordo com as aspirações do povo e com a posição geográfica do reino". Disse também que iria lutar pela "pacificação do país, contra a corrupção e aplicar uma política de rigorosa austeridade". Prometeu a reintegração dos direitos democráticos à vida do país.

A resposta dos reacionários foi a luta armada, a formação de um exército mercenário que, a partir da Tailândia, iniciou uma guerra civil no país e estabeleceu um governo ilegal apoiado pelos Estados Unidos.

Reflexos internacionais

A nova situação criada no Laos, levou ao sudeste asiático as nuvens ameaçadoras da guerra, transformou-o em foco perigoso e abriu uma crise que poderá redundar em catástrofe mundial. A União Soviética e a China Popular, ao mesmo tempo que o presidente Eisenhower mandava porta-aviões e fuzileiros para aquela região, propuseram imediatamente a reorganização da Comissão de Controle para pacificar o Laos. Os norte-americanos, apesar da proposta ter sido aceita de imediato por países neutralistas como a Índia e o Camboja e pela Inglaterra, recusaram-na acreditando que resolveriam a situação pela força das armas. Esperavam a vitória dos mercenários e reacionários contra os guerrilheiros do Pathet Laos e os soldados de Cong Lee. A conquista das capitais Luang Prabang e Vientiane foram vitórias efêmeras logo postas em cheque pela contra-ofensiva das forças populares de Suvanavong e do capitão Cong Lee. Do ponto de vista militar, a situação, apesar de incerta, está mais para os partidários do governo legítimo do príncipe Savanna Fuma. Apesar do auxílio militar dos Estados Unidos, inclusive fornecendo aviões e foguetes para os contra-revolucionários tudo indica que não lhes será possível subjugar o povo laociano pela força das armas.

Diante disso, e em virtude da posição assumida pelos governos dos países socialistas, pelos países neutralistas, e pelos próprios aliados dos EUA, é possível que o presidente Kennedy abandone a orientação quase suicida adotada por Eisenhower na questão do Laos e se disponha a resolvê-la pelo caminho das negociações, reconhecendo em Savanna Fuma e no seu governo as únicas autoridades legais com as quais se pode discutir e resolver a crise aberta pelo seu antecessor na Casa Branca.

AS VÉSPERAS DA CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PELA ANISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS

Espanha: Prisão e Torturas Para Milhares de Patriotas

Em Montevideu, de 27 a 29 do corrente, realizou-se a II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia Para os Presos e Perseguidos Políticos da Espanha e Portugal, manifestação de solidariedade dos povos desta parte do Continente aos milhares de democratas dos dois países ibéricos que se encontram nas masmorras de Franco e Salazar, sujeitos a torturas e sofrimentos de toda a sorte. A conferência que vai se realizar, e a propósito da qual publicamos abaixo um apelo feito por patriotas encerrados na prisão de Burgos (Espanha), participarão personalidades políticas, dirigentes sindicais e intelectuais de todos os países sul-americanos.

A verdade sobre a Espanha

"L'Express", prestigioso semanário francês, recebeu recentemente, por intermédio de um advogado, um apelo sucinto, escrito em papel higiênico e proveniente da prisão de Burgos, na Espanha, que dizia o seguinte: "Nós somos homens e mulheres vítimas de uma injustiça. Em virtude do estado de exceção decretado em nosso país no princípio de uma guerra civil que já terminou há 21 anos, fomos conde-



A que leva a intervenção

Salazar Apavorado Com "Santa Maria"

Em águas do mar das Antilhas, com destino ignorado, navega o paquete «Santa Maria» fazendo tremular nos seus mastros a insígnia da liberdade, da luta contra a tirania salazarista que desde 1928 oprime o povo português. Para os homens que, sob o comando do capitão Henrique Galvão, ocuparam o barco e declararam-no território português ocupado pelas forças de libertação, convergem as atenções do mundo. As manchetes dos jornais lisboetas revelam, nos apelos patéticos à «unidade» dos portugueses contra o pilgão de homens que começou a grande batalha para derrubar o ditador, o pânico existente entre os governantes. O regime foi abalado, manifesta-se o temor de que o barco se dirija para um dos territórios de «ultramamar» (as colônias) e ali Galvão instale um governo democrático. Os pedidos aos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra para que deem caça ao «Santa Maria» são a confissão dramática de que a ditadura não tem meios de impedir o curso natural dos acontecimentos.

Alerta ao mundo

A significação política do ato praticado por Galvão e seus homens revela-se na repercussão que o mesmo provocou. A opinião pública de todos os países manifesta sua simpatia pelos que defendem a causa da liberdade de Portugal, a

A guerra civil eclodiu. Os norte-americanos, intervindo descaradamente nos assuntos internos do Laos, levaram o país à luta fratricida. Hoje, os aviões T-6 equipados com foguetes e pilotados por homens treinados nos Estados Unidos, levam o terror às aldeias do Laos, tentando com isso esmagar e subjugar um povo que quer ser livre.

imprensa agita a questão e personalidades e juristas defendem o direito daqueles homens contra os que procuram apresentar o caso como «ato de pirataria». O mundo foi alertado da verdadeira situação em Portugal. A luta subterrânea que há anos o povo português trava contra o ditador, veio à tona. Salazar e seus sequazes não poderão mais escamotear a verdade: «Santa Maria» desmente-os.

A ação dos aliados

A par do movimento de simpatia e solidariedade que começa a envolver os democratas portugueses que ocuparam o navio, os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra imediatamente atenderam ao pedido do ditador e lançaram seus barcos de guerra à caça do «Santa Maria». No Brasil, o governo de Salazar recebeu a notícia de guerra norte-americanos procuram localizá-lo. Conscientes do perigo que corre o sócio do outro lado do Atlântico, os homens de Washington colocaram os seus recursos bélicos para ajudar o ditador. Transformando em «ato de pirataria» uma rebelião política caracterizada contra a ditadura de Salazar, querem justificar assim a intervenção nos assuntos internos de Portugal, e a violação dos princípios do Direito Internacional.

No Brasil, para onde, segundo informaram as agências internacionais, se dirige o transatlântico português, as reações e as mani-

festações de solidariedade do novo e de personalidades começaram a surgir logo que foi divulgado o acontecimento. Diplomatas e personalidades políticas fizeram declarações de apoio e justificando o ato do capitão Galvão e, em São Paulo, o general Humberto Delgado concedia entrevista à imprensa esclarecendo o caráter político da ação e apelando para a compreensão dos governos de todos os países.

O Itamarati, entretanto, divulgou nota lacônica assinalando que, no caso de «Santa Maria» internar-se em águas brasileiras, a Marinha brasileira deve agir de acordo com os princípios da legislação interna e das convenções internacionais. Isto quer dizer que o governo pode considerar os homens que ocuparam o barco como «piratas». Essa atitude ambígua causa preocupações e revela a orientação reacionária do Itamarati. Além do mais, o caso do «Santa Maria» põe a nu os perigos que podem acarretar para o prestígio internacional do Brasil a ratificação do Tratado de Extradição assinado com Portugal. Se esse instrumento já estivesse vigorando, o governo brasileiro, no caso de «Santa Maria» aportar em terras do Brasil, seria obrigado a entregar Galvão e seus homens à sanha dos belgins de Salazar.

Os acontecimentos

O apressamento do «Santa Maria» verificou-se na madrugada de segunda-feira, dia 23, quando o barco navegava de La Guayra (Venezuela) para Gort (Inglaterra) (EUA). Sob o comando do capitão Henrique Galvão, membro destacado da oposição portuguesa e autor de uma fuga notável de um dos cárceres de Salazar, 70 homens armados de metralhadoras e granadas travaram um rápido combate com membros da embarcação, desarmaram-no e destruíram o comandante, e declararam o navio como ocupado por forças da Junta Internacional de Libertação, presidida pelo general Humberto Delgado. Em comunicado divulgado através do rádio, o capitão Galvão definiu os objetivos da ação e se declarou disposto a desembarcar os passageiros no porto de um país que se compromettesse a não apressar o navio e a não tomar medidas contra os ocupantes.

O acontecimento provocou imediata reação do governo português e um apelo às marinhas dos Estados Unidos e da Inglaterra para que detivessem o «Santa Maria». Em Londres, na Câmara dos Comuns, a oposição protestou contra a intervenção da Armada inglesa, que considerou como ingerência nos assuntos internos de Portugal.

De todos as cidades onde existem núcleos de portugueses democratas e exilados, têm sido enviados telegramas ao governo daqueles dois países, solicitando que cessem a caça ao «Santa Maria» e não intervenham numa questão que deve ser resolvida pelos portugueses.

A ação contra o barco provocou tal temor nas autoridades lusas que o transatlântico «Vera Cruz», que aportou no Rio de Janeiro no dia 25, foi interdito pela polícia a pedido do embaixador de Portugal no Brasil.

Adolfo Prieto, cego, encarcerado em Burgos há 18 anos; o de Palmira Marcos e Antônia Sanchez, presas em Madrid em 1941 e que se encontram em Alcalá de Henares, prisão de mulheres perto da capital espanhola; o de Júlio Ceron, jovem diplomata católico e chefe da Frente de Libertação Popular, condenado a 8 anos; o de Sanchez Montero, comunista, há 20 anos na prisão.

Espanhosa revelação das torturas a que são submetidos os presos políticos nos cárceres da Espanha, foi fornecida pelo advogado do dr. Jorgi Pujol, detido em Saragoça, que declarou nos Tribunais: "Fui oficial da Legião. Acreditava conhecer todas as torturas. Mas, aprendi muitas novas tomando conhecimento das sevícias a que foi submetido o meu cliente".

A lista é enorme: Luciano Rincon, jornalista; Gregório Ortiz, advogado; Emilio Sanz, estudante; Raimundo Ortega, estudante ("não há estudantes nas prisões de Espanha", assegura o ministro de Educação). Quantos detidos políticos, então? Mais de 150 em Caramanchel, outro tanto, pelo menos, em Barcelona, mais de 500 em Burgos, e dezenas e dezenas em Saragoça, Saeloña, Valadoid, Granada...

Novas torturas

O conhecimento desses fatos levou "L'Express" a fazer uma investigação na Espanha sobre a situação dos presos políticos. O trabalho realizado pelos jornalistas franceses revelou a existência de uma infinidade de casos: o de

Viúvas Dos Militares Querem Saber Para Onde Foi o Dinheiro Das Pensões

Assume aspecto verdadeiramente calamitoso o caso das viúvas e pensionistas de militares, cujos proventos foram reajustados pelos decretos 3.765 de 4 de maio do ano passado e 3.783 de 30 de julho, e que até o momento não conseguiram receber um único centavo das vantagens financeiras que a medida lhes proporcionou. Espetáculos tristes, chocantes, vêm então se desenrolando quase cotidianamente na Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, onde as velhinhas, viúvas de militares há muito falecidos, ao lado de jovens viúvas de heróis mortos nos campos da Itália e de pobres órfãos que desconhecem o triste futuro que lhes aguarda, vão implorar aos carrancudos «donos» da Fazenda, o pagamento daquilo que lhes é assegurado por um direito líquido e indiscutível. No início, limitavam-se apenas a não tomarem conhecimento de seus rogos. Como entre aquelas mulheres porém começasse a se manifestar o espírito de luta e instintivamente, de modo natural, comessem a se organizar, passaram então as violências. Era a vez da Polícia (chamada) dar início à sua triste função.

Ministérios militares pagaram

Quando morre um militar, viúvas, herdeiros e órfãos passam a receber suas pensões no ministério ao qual o mesmo pertencia. Depois de certo tempo, entretanto, ficam os dependentes sujeitos aos pagamentos através do Ministério da Fazenda. Começa aí a viúva a sofrer. Sómente para as formalidades de transferência de um órgão para o outro, são necessários os vícios, anos de terrível espera. Surge aí o fantasma dos exercícios findos. Pelo que deveria ser, quando uma pensão por um motivo qualquer cai em exercício findo, isto é, ultrapassa o mês de dezembro sem que seja paga, em abril do ano seguinte toda ficaria normalizada. Tal porém não acontece e um círculo vicioso vai se completando, com pagamentos sucessivos caindo em exercício findos. Os reajustamentos pelos quais lutam atualmente as pensionistas encontram nesse caso.

Um fato, porém, torna mais desoladora a situação: aqueles que ainda estão sujeitos aos ministérios de origem, já receberam a melhoria. Isso agravou de maneira substancial o estado de coisas, pois aumentou ainda mais a animosidade contra o Ministério da Fazenda, devido ao fato de estarem recebendo o benefício apenas as pensionistas mais recentes, enquanto que aquelas que vêm pensando há longos anos continuam arrastando-se nas imensas filas da Diretoria da Despesa Pública, sem esperanças de verem minoradas suas desventuras.

Tratadores de papéis

Verdadeira chaga da Despesa Pública são os chamados tratadores de papéis que ali exercem seu criminoso ofício. São elementos inescrupulosos, aproveitadores dos mais miseráveis que se postam nas esquinas dos infundáveis corredores do Ministério da Fazenda à

espreita de suas vítimas indefesas. Estas são as velhinhas trôpegas que ali vão purgar o pecado de serem dependentes do Tesouro Nacional. Esses elementos têm poderosas influências na repartição e, mancomunados com funcionários desonestos, vão prosseguindo em suas aviltantes tarefas que consistem em, sob promessas de arrancar da Despesa os processos encaixados, ir sugando aos poucos tudo que as pensionistas desventuradas puderem dispor. Esses ladrões, na verdade, de acordo com seus compassos de dentro, conseguem fazer com que, depois de suas vítimas nada mais possuírem, sejam pagas os benefícios em atraso. Ai então cobram mais 50% pelo «serviço» executado.

Alguns desses elementos são agiotas com banca montada. Não raras vezes são funcionários do próprio Ministério da Fazenda. Há por exemplo o caso de uma senhora de nome Oswaldina que tinha vários exercícios findos para receber. Um funcionário da Despesa Pública (sala 306) era o seu tratador. Durante o tempo em que andou para lá, foi-lhe dando tudo que possuía. Quando o pilantra compreendeu que a pobre senhora nada mais possuía para ser sugado, resolveu conceder o que dela já era por direito. Foi então que, sob o pretexto de ter tido que «molar a mão» de muita gente, tentou extorquir os 50% de d. Oswaldina. Esta, porém, se impôs e quis fazer escândalo. Em plena boca do «guichê» onde o mesmo estava postado, fez-lhe a pergunta: «mas o senhor é tratador de papel ou funcionário?». Descaradamente, em presença de todos, respondeu o desprezível indivíduo: «as duas coisas...». O dinheiro porém não lhe foi entregue apesar das ameaças. Dona Oswaldina entretanto teve de ser preleizada para sair do prédio.

As medalhas e a fome

As pobres pensionistas têm passado por todas as espécies de desventuras que se possa imaginar. Caso doloroso por exemplo, sucedeu com a sra. Maria Helena de Pádua, viúva de um herói do qual a Pátria muito se orgulha: chamava-se Francisco de Pádua, partiu para os campos de batalha da Itália em 1944 como terceiro sargento, tantos foram seus atos de bravura que chegou a ser promovido até a major. Pois bem, a viúva desse bravo em um desses dias protestou contra o tratamento que lhe estava sendo dispensado na nefasta repartição. Alegou, ainda, dona Maria Helena, que estava passando privações tremendas com seus filhos e o próprio pai inválido que tem sob sua guarda. Para maior ênfase do que dizia, apresentou uma carta que determinava seu despejo do apartamento em que mora e as inúmeras medalhas conquistadas por seu marido. Tudo isso porém teve efeito oposto ao que esperava. Acabaram os funcionários da Despesa Pública por lhe levarem na galhofa e no deboche. Dona Maria Helena estava acompanhada de sua filha Regina, de 13 anos, aluna do Colégio Pedro II. Por último lhe disseram:

— Se tem mesmo fome, porque não vende todas essas medalhas para comer?

Miséria, miséria

Casos como o da viúva do major Pádua, existem inúmeros. Dona Zulmira Cardim de Barros por exemplo, que mora nos confins de Jacarepaguá (Estrada de Tindiba, Atituba, av. 80, casa 3) conhecida como a «Vovó das Pensionistas» e que tem 72 anos de idade, 19 filhos, 51 netos e 26 bisnetos, vive na mais extrema miséria. Da última vez que a vimos junto às companheiras de infortúnio no Ministério da Fazenda, linha empanhada um dos objetos de maior valor que possuía, sua tesoura, para pagar a passagem. Como sentia vertigens de fome, bem como a bisnetinha que lhe acompanhava, teve de esmolar em pleno recinto do Ministério a fim de poder comprar alguma coisa para mitigar a fome. Dona Zulmira, entretanto, é uma das mais batalhadoras. De certa feita subiu com as demais companheiras pela escada até o 10º and. para tentar se aviar com o ministro Sebastião Paes de Almeida. No percurso muitas caíram de cansaço e a velhinha de 72 anos as reenimava. Quando atingiram o gabinete do Ministro não estava e os seus representantes recusaram-se a recebê-las. Há dias, entretanto, foi o coração da «Vovó» que cedeu numa dessas subidas. Ouvimos então de um dos guardas que se conservava no andar de baixo: «Uma velha caiu na escada, ninguém vai lá. Quem lhe mandou subir?».

Há também dona Arlente Barbosa da Costa, viúva de um cabo-pracinha que morreu de neurose de guerra. Até hoje não conseguiu receber um tostão da mesada que lhe ficou. Mora no Marro da Malinha, Rio Comprido. Tem cinco filhos pequenos e para sustentá-los levanta-se antes da meia noite para carregar latas d'água de morro acima, as quais vende a Cr\$ 10,00 cada. No dia de Natal não teve um torrão de açúcar para fazer uma água doce para dar aos filhos. O pior de tudo é que seu marido antes de morrer havia conseguido um apartamento no Conjunto Residencial dos Pracinhas (Benfica) e quando deixou de existir, lá se aboletou arbitrariamente um guarda municipal de nome Manoel Pena, o qual, se recusa a abandonar o imóvel bem como ainda ameaça constantemente a indefesa viúva. «Qualquer dia darei veneno às crianças e tomarei minha própria dose» — disse-nos ela há poucos dias.

Há dona Selma de Queirós Cavalcanli Springer (rua Getúlio Vargas, 709 — S. Gonzalo), viúva de um tenente-coronel, mãe de seis filhos menores e que para viver levanta-se às 6 da manhã a fim de costurar para uma fábrica até as 3 da madrugada. Há outras que morrem à míngua. Há crianças que passam fome. Há miséria, muita miséria. Há ainda a chefe da Seção de Pensionistas que se chama Maria José Ruas, já conhecida através da imprensa como «A Fera da Despesa Pública». Mulher terrível e que trata com revoltante desprazer aquelas que dependem diretamente

de sua mesquinha posse. Para as pensionistas são «vivas de bruxaria da Nação» ou «uma cambada de comunistas». Essa mulher é filha de família e sua mãe é pensionista. Esta, porém, recebe no Ministério da Guerra. Está com seus proventos em dia e assim mesmo quando vai recebê-los a filha (invisível) a acompanha a fim de lhe eleger sua condição de chefe da Seção de Pensionistas da M. da Fazenda e não ter nem ao menos que entrar na fila.

Responsabilidade

Os verdadeiros responsáveis por esta situação ficam jogando o caso de um lado para o outro. Na Despesa Pública, por exemplo, o diretor do órgão, sr. Alvaro Brandão, funcionário com mais de 40 anos de serviço, esquivava-se: «Não há dinheiro suficiente. Também não temos gente para trabalhar. Segundo suas explicações, são ao todo mais de 30 mil processos de reajustamentos de pensões e cada um com sua particularidade. Têm então os mesmos que serem examinados separadamente e isso demanda muito tempo». Acontece porém que há meses o sr. Alvaro Brandão vem contando a mesma história sem apresentar nenhuma solução. Pelo contrário, aquela funcionária enganou as pensionistas prometendo-lhes pagamento antes do Natal. O tempo que mandaria foi decorrendo e agora, como resposta, chama a Polícia para intervir e agredir as pobres senhoras. Fala-se que existe um grande desfalque na Diretoria da Despesa Pública e aí talvez esteja o «segredo» de toda a trama. As portas agora estão fechadas para as pensionistas. Os corredores estão cheios de policiais fardados e tiras que se disfarçam até em repórteres para provocar balbúrdia e acusar as velhinhas indefesas de agitadoras.

Uma vez tentaram as pensionistas acampar no recinto do Ministério da Fazenda. Fariam greve de fome; só sairiam de lá com o dinheiro. Pois bem, foram expulsas violentamente do prédio e jogadas na rua debaixo de um violento temporal que desabava na ocasião. Tudo já foi tentado, inclusive a interferência dos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica. Alguns oficiais-generais chegaram mesmo a se dirigir em telegrama aos diretores dos clubes, pedindo providências. Nada adiantou. «Fomos abandonados pela pessoal da ativa» — reclamam elas. Por duas vezes fizeram passeata pelo centro da cidade carregando cartazes e o que conseguiram é que se chamasse contra elas, da última vez, um choque da Polícia Militar com soldados armados de metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio. Diante de tal situação, diziamos uma jovem senhora no dia em que os restos dos heróis vindos de Pistoia eram depositados na cripta do monumento do atêrro da Glória.

— Mausoléu em mármore de Carrara com vistas panorâmicas em «Ray-Ban» não tornarão menos tristes as almas de nossos maridos. Prefeririam eles, muito mais, que nós, suas mulheres, e seus filhos, estivessemos amparados pela Pátria



Cadê meu dinheiro

Quando os guichês se fecham, as pensionistas usam outros recursos para exigir o que lhes é de direito: as penhas. Esta, pendurou-se na parede e perguntou ao funcionário: cadê o meu dinheiro, moço.

NOVOS RUMOS

A Idade da Alma

Dr. Daniel Petrucci, cientista italiano, conseguiu a fertilização e a gestação de um óvulo humano, durante alguns dias. Depois de realizada essa experiência, vêm se empenhando os teólogos, através de publicações do Vaticano, num debate acalorado sobre o momento exato em que o feto é animado pela alma: ... ocasião exata da concepção ou algumas semanas depois? No mesmo dia em que os jornais anunciavam ao mundo a experiência do cientista e as dúvidas dos teólogos sobre a idade da alma, o 2.º sargento da Força Pública de São Paulo, Oswaldo Batista, matava dois de seus filhos, suicidando-se, em seguida, porque não tinha meios para sustentá-los. Tragicamente, a questão da vida estava sendo colocada, sem dúvida, diante de todos. Dizem os sacerdotes que a experiência do Dr. Petrucci é imoral. Mas não dizem se é imoral uma criança morrer de fome. Uma criança que não foi gerada numa proleta, mas no ventre de uia mulher. Uma criança por quem essa mulher vai chorar, todos os dias, durante toda a sua vida. Que importa a essa mãe a idade da alma? O desespero do sargento Oswaldo Batista desmascara, completamente, essa moral, em nome da qual falam os teólogos do Vaticano. Desmascara, completamente, as palavras de humanismo e de liberdade que são pronunciadas, também, em nome dessa moral, que é o conteúdo filosófico do capitalismo. Em Roma, os teólogos discutem a idade da alma enquanto em São Paulo duas crianças foram assassinadas por um pai desesperado. E em nome dessa moral os governos cometem violências, sem debates sobre as necessidades fundamentais do homem; sobre as reclamações justas dos que fazem greve, não porque tenham dúvidas, os grevistas, sobre a idade da alma, mas porque as têm sobre os meios de sobrevivência de suas famílias. E é em nome, ainda, dessa moral que todos mentem, a respeito dos países socialistas, onde as questões da vida não são colocadas em termos de dúvida sobre a idade da alma, mas onde as crianças não morrem de fome.

Final de contas, o menos culpado de toda essa tragédia, que marcou a greve dos soldados paulistas, é o 2.º sargento Oswaldo Batista. Os culpados são os que negam o pão às crianças. Onde estará a imoralidade: na experiência do Dr. Petrucci ou na morte, pela fome, de milhões de crianças na África, na Índia, na América Latina, ali mesmo em São Paulo, em qualquer lugar onde os homens tenham dúvida sobre a idade da alma e, por isso, exploram os seus semelhantes.

NOTA: Peço desculpas aos leitores pelo engano cometido em minha última crônica: as guerras camponesas na Catalunha foram há quase 600 anos e não há meio século.



Denunciando a injustiça

cansadas de baterem às portas do Ministério da Fazenda, levadas ao desespero pelo não recebimento das pensões a que têm direito, as viúvas dos militares realizaram numerosas manifestações de protesto, sendo alvo, ignominiosamente, de violências praticadas pela polícia. A denúncia das falcatruas, a que são submetidas por funcionários inescrupulosos, elas o fizeram publicamente. A foto mostra um aspecto da passeata organizada pelas pensionistas para protestar contra a atitude dos funcionários do Ministério da Fazenda.

Julião: Eu Não Inventei as Ligas Elas São a Flor Que se Abre no Lôdo

Reportagem de RUI FACO
Enviado especial de NR a Pernambuco

Foi um começo de polêmica bastante acesa a que se travou da ante-véspera de Natal de 60 à véspera de Reis de 61 entre o governador Cid Sampaio e Francisco Julião. Este levou todas as vantagens com sua tréplica, e o governador só teria a perder com o prosseguimento do debate. Desistiu muito sentadamente. Julião tem a seu favor uma causa justa, que já interessa diretamente a dezenas de milhares de pessoas — os camponeses das Ligas e homens progressistas das cidades. A vantagem de Julião estava igualmente no seu raciocínio brilhante, na sua lógica baseada em fatos, nos argumentos irrefutáveis com que denuncia uma ordem de coisas já caducas.

Em sua «Resposta ao Governador Cid Sampaio» (Jornal do Comércio, 5.1.1961) são desfeitos uma a uma as alegações do chefe udenista de Pernambuco.

Posição definida

Julião considera a reforma agrária a «...a mais importante das que enfrenta hoje o povo brasileiro. E escreve: «...foco as minhas denúncias ou levanto os meus protestos na esperança de abalar a consciência do povo brasileiro e conquistá-la para vencer, amanhã, e não daqui a um ano, a dez, a cinquenta, a maior de todas as questões, maior do que a Abolição, maior do que a Petrobrás, que é a REFORMA AGRÁRIA».

O dirigente das Ligas camponesas é também um tribuno ardoroso e advogado de profissão. Por isso, de certo, cai aí num determinado exagero, não levando na devida conta a importância histórica, epocal, como diriam outros, de cada uma daquelas lutas. Mas assume uma posição clara, definida, ante o grande obstáculo interno ao progresso do país. E coloca Cid Sampaio na posição incômoda das que no passado, sob o pretexto de preservar a ordem pública, não passavam de adeptos mascarados do regime escravista. Acusa-o de comportar-se em relação às reformas agrária, com os paliativos, com os panos mornos e os emplastos que se usa para manter de pé um doente sem cura — o latifúndio. «...E desafia o governador a que mencione um exemplo sequer, na história de qualquer povo, em que uma reforma de base, sobretudo quando visa a modificar as relações de trabalho no campo, se tenha verificado, como pretende Cid Sampaio, sem perturbar o regime, sem fomentar dissensões».

O começo foi assim.

Como vemos, Francisco Julião tem uma compreensão revolucionária do problema da terra no Brasil. Certamente nem sempre foi esta a sua atitude. De origem pequeno-burguesa, com sua família ligada à propriedade rural, ainda hoje possuidor de terra (juntamente com seis irmãos tem 280 hectares em Bom Jardim), veio para a

luta dos camponeses pernambucanos como simples advogado. Quando surgiu o caso de Galiléia, sua atuação se limitava essencialmente à ordem jurídica. Sua projeção como o líder camponês de enorme prestígio que é hoje se deve ao fato de ter reconhecido honestamente — de maneira corajosa — ser impossível resolver qualquer coisa de sério unicamente por meios jurídicos. Em nossa longa conversa no casarão de Coxangá ele me disse com toda a sinceridade:

— Comecei com questões no fórum, há quatro anos, esta casa cheia, 300 camponeses dormiam nestas salas, nos cadeiros, no chão, no alpendre, por toda parte. Quando os senhores-de-engenho souberam começaram a vir me procurar. Um dia veio um deles com a determinação de brigar. — Muito bem, vamos conversar, disse-lhe eu. — E conversamos horas seguidas, entramos pelo noite. Finalmente ele me disse: — Vou-me embora, pois do contrário me converto ao socialismo...

Em sua atuação como advogado de camponês, acabou Julião por vencer-se de que os resultados eram quase nulos. A lei, no Brasil, defende em tudo o latifundiário, nega todos os direitos ao trabalhador agrícola, aos sem-terra.

— Dentro da lei, acrescenta Julião, ainda agora é difícil ao juiz favorecer ao camponês. De início, a magistratura lhe era profundamente hostil. Atualmente, este estado de espírito vai se modificando, embora aos poucos. Já encontramos juizes que desejam uma legislação adequada à solução jurídica de sérios problemas humanos que surgem no campo.

Naturalmente, esta mudança de atitude do juiz é também um reflexo do próprio movimento despertado pelas Ligas, dos lutas dos camponeses por seus direitos vitais.

O surgimento das ligas

Francisco Julião encontrou em Pernambuco um terreno propício à organização das Ligas camponesas. Como se sabe, as primeiras entidades organizando habitantes pobres do campo sob sua direção se denominaram oficialmente de Sociedades beneficentes, tendo como objetivo socorrer os camponeses... nos enteros. Os que faleciam eram tão pobres que não tinham um mísero caixão ou uma rede para sepultar-se. A luta foi dando aos camponeses a consciência de que antes da morte existe a vida. E eles foram ganhando ânimo e confiança para combater por uma vida melhor. O contacto com a grande cidade — Recife — foi-lhes mostrando que todos vivem melhor do que eles.

E as sociedades beneficentes ganharam a denominação de Ligas camponesas. Num passado bem próximo, ligas camponesas se haviam espalhado pelo interior de Pernambuco, entre 1946 e 1947, em geral estimuladas pelos comunistas. Mas não há dúvida de

que eram estreitas, sectárias e, por isso mesmo, foram facilmente golpeadas pela reação depois da interdição do PCB.

As Ligas atuais têm estruturas bem diversas, são incomparavelmente mais amplas, o que não impede que contra elas se lancem os latifundiários com seus capangas, o governo com a sua polícia, e tentem liquidá-las por todos os meios.

Mas, diz muito justamente Julião em sua resposta ao governador de Pernambuco, «as Ligas Camponesas não surgiram por acaso nem foram impostas pela vontade de ninguém. Eu não as inventei. Elas nasceram do ventre do próprio latifúndio. É uma flor que se abre sobre o lôdo».

A comparação poética, nem por isso menos verdadeira, revela outra faceta do espírito de Francisco Julião. Nela se confundem o revolucionário e o intelectual, que acaba de publicar um romance, escrito há 15 anos, (Imã Juazeiro) cujo fundo é a tragédia da população rural pobre do Nordeste. O seu espírito, portanto, já se atormentava de há muito ante a situação da massa camponesa, no seu viver sub-humano. Era, talvez, uma atitude ainda puramente sentimental, mas que nada impedia evoluir para uma atitude revolucionária. O espectador se transforma em homem de ação.

A barreira é forte, mas aos poucos vai sendo vencida. Existem atualmente em Pernambuco umas 30 Ligas estruturadas depois da questão do engenho Galiléia.

Organização incipiente

Ao contrário do que se possa imaginar, as Ligas camponesas, mesmo as de Pernambuco, ainda não têm uma estrutura sólida, embora já contem com milhares de filiadas. Estas se conseguem realmente manter uma certa unidade nas propriedades onde formam uma espécie de cooperativa, como no Galiléia.

Que tipo de organização consegue sobreviver num engenho onde o dono, com seus capangas, persegue cruelmente os trabalhadores e os expulsa sem piedade à menor denúncia de que estão filiados às Ligas? Pois esta é a realidade. Não os coesiona nem mesmo uma obrigação elementar como o pagamento das mensalidades, a insignificante quantia de 10 a 20 cruzeiros. Julião me diz que esta exigência é satisfeita apenas por uns 10% das filiadas às Ligas, tamanho a sua pobreza.

Mas, quando se trata de mobilização, estão presentes — e esta é a sua grande força. Em geral não faltam às passeatas convocadas por Julião, no Recife ou nas cidades mais próximas, às demonstrações de rua, como às vésperas das eleições de 3 de outubro do ano passado, e em geral são unânimes nas decisões eleitorais.

Aqui, o governador Cid Sampaio lança outra insídia contra Francisco



Cangalha cheia: despejo

Julião, acusando-o de perseguir fins eleitoreiros com as Ligas.

Julião lhe deu uma resposta que é um argumento incontestável:

«... Escolho o campo mais ingrato, o que rende menos votos, porque a massa que defendo é constituída na sua quase totalidade por humildes camponeses analfabetos. Posso garantir a V. Excia. que de cada 100 camponeses que me procuram para entregar uma causa ou pedir um conselho 90 não sabem ler».

É a realidade pura e simples neste Nordeste espoliado pelo grande capital do Sul e entravado em seu desenvolvimento pela latifúndia semifeudal, que impede nele se radiquem os próprios capitais locais, também atraídos pelo Sul, como as suas reservas de mão-de-obra barata.

O papel atual das ligas

Os latifundiários e seus defensores no aparelho do Estado têm feito o possível para desvirtuar os verdadeiros objetivos das Ligas camponesas. O próprio governador Sampaio, em sua mencionada carta a Julião, sugere que as Ligas teriam fins subversivos, advertindo que «é preciso reformar sem perturbar o regime, sem fomentar as dissensões».

Mas ele não reformou coisa alguma. Defende o latifúndio e seus privilégios com a força das armas, como fez agora em Terra Preta e Barra.

Peco a Francisco Julião para definir o papel atual das Ligas. Ele me diz em palavras simples:

— A minha luta, a luta das Ligas, no momento, não é a divisão das terras. É a democratização do trabalho no campo.

— E como define a democratização do trabalho?

— É a liquidação do cambão, ou o dia de trabalho gratuito para o dono da terra, da meia, da terça, do vale, do barracão. É a extensão da legislação trabalhista ao campo. E com isto se golpeará profundamente o poder do latifúndio.

Somado às calamidades naturais que açoitam o homem do campo nordestino, o latifundiário é uma das maiores pragas. Dispondo da vida do homem como dispõe das coisas, o dono das terras despeja os que moram em seus campos. Muitas vezes indefesos, Aítem arrumam os poucos utensílios que possuem nas cangalhas dos burros e seguem pelas trilhas do sertão.

O Kder Julião

Francisco Julião Arruda de Paula é hoje um nome nacional: Julião. Admiram-no e seguem-no milhares de pobres homens do campo que iniciam os primeiros passos na luta contra a opressão e a miséria do latifúndio. No atrazo e obscurantismo em que vivem, alguns se aproximam de Julião em atitude reverente, como se ele fosse um santo. Beijam-lhe a mão. Uma mulher camponesa no interior dizia-lhe um dia destes:

— Dr. Julião, eu sou a igreja e ouvi o padre falar sobre as Ligas. Falou contra e também contra o senhor. Ou escutei, escutei, mas dentro do meu peito eu sentia outra coisa diferente da que ele dizia. Eu sei que o senhor é que é o enviado de Jesus Cristo...

Julião reage de maneira profundamente humana a estas manifestações de misticismo. Não as repele de chofre — seria um erro fazê-lo diante de verdadeiras crianças. Com um sorriso natural, sem fingimentos, sem exagero, sem gestos demagógicos ou palavras demagógicas — homem extremamente simples e natural que é — Francisco Julião lhes fala de igual para igual. Explica o que cada um quer saber, com toda a paciência, sem alterar o tom de sua voz pausada e com palavras compreensíveis mas comuns. O contacto amigável mostra que ele não é homem de beija-mão nem de fanatismos religiosos. É um lutador, confia na força da massa camponesa e procura inculcar nos camponeses a consciência da própria força.

Este o segredo de sua crescente popularidade.

E esta sua ação cotidiana, esta sua dedicação sem limites a causa dos camponeses pobres vão dissipando aquele véu de misticismo que ainda obscurece a mente de muitos. Porque na prática Francisco Julião, mesmo na etapa atual da luta que dirige — que nada tem de radicalismo, nem pode ter — funciona como um elemento revolucionário, ajudando o despertar de milhões de oprimidos que serão, mais hoje mais amanhã, o aliado efetivo do proletariado urbano nas profundas transformações econômicas, políticas e sociais por que há de passar o Brasil.



Casamento na roça

Na roça as noivas não vão à igreja em automóveis iluminados. Põem seu vestido branco, de noiva — céu e grinalda — e, acompanhadas do noivo, também de branco, e dos parentes e convidados, vão a pé pelo chão de sol, poirento, em direção à igreja mais próxima. O casamento da foto foi realizado em Cabanga, e o deputado Francisco Julião, chefe das Ligas Camponesas, foi padrinho da noiva.

NOVOS RUMOS

Fantasma da Crise Ronda de Novo os Estados Unidos

Após cinco anos de governo, Eisenhower deixa a presidência dos Estados Unidos como um vencedor. Particularmente neste oitavo e último "round", o velho general foi bastante castigado e o partido dos monopolistas — que ele tanto se esforçou por defender — sofreu duros revéses.

Talvez tenha sido na convivência com os ingleses, nos anos da guerra, que Ike aprendeu a mostrar uma boa cara com um mau tempo. No Mensagem que no dia enviou ao Congresso, diz a certa altura: "Deixo a nova Administração e ao Congresso um plano financeiro progressista e inativo, que reconhece as prioridades nacionais e espelha minha confiança na potência de nossa economia, agora e no futuro". Todavia, forçoso é reconhecer que, apesar de toda a dedicação dos "xperts" em "slogans" da Madison Avenue, a mensagem de Ike não convenceu. O panorama que se desenha diante da economia norte-americana está longe de inspirar confiança, agora ou no futuro. Muito pelo contrário.

Cinco milhões de desempregados

Nos países imperialistas a situação mais exigente do ano — o inverno — é muitas vezes terrível para os trabalhadores. Nos Estados Unidos, por exemplo, o mês de janeiro costuma apresentar elevados índices de desemprego. Quando assumiu o governo, em janeiro de 1953, Ike encontrou dois milhões de sem-trabalho. Agora, ao sair da Casa Branca, deixa ao seu sucessor herança muito pior: cinco milhões, talvez cinco e meio, de desempregados. Num país onde o total de empregos é de 69 milhões, isto quer dizer que quase um em cada dez norte-americanos, que quer e precisa trabalhar não encontra onde. Esses dados oficiais, que não se harmonizam, é verdade, com o otimismo de Ike, ainda assim estão abaixo da realidade. Como quer que seja, a gravidade da situação não escapa aos próprios advogados do imperialismo norte-americano. Segundo a revista "Time", os 4,5 milhões de desempregados de dezembro último foram o total mais elevado já registrado nos últimos vinte anos, desde 1940, para o último mês do ano.

Evidentemente, é o que que haja tantos desempregados não inquieta os magnatas banqueiros que de sofrimento possa trazer às famílias operárias. Para eles a questão é outra: é a redução da demanda solvente, o acúmulo dos estoques, a contração do mercado. Desemprego em massa é sintoma de crise. E no mundo de hoje, os monopolistas têm toda razão para temer a eclosão de uma grave crise.

Estagnação e retrocesso

A indústria siderúrgica, pela cadeia de atividades econômicas que se situa antes dela e depois dela é como um termómetro na vida de uma nação desenvolvida. Em 1953, os Estados Unidos fundiram 74 milhões de toneladas de aço. Seis anos depois, em 1960, já foram fundidos 90 milhões, apesar de haverem aumentado sua capacidade de produção nesse período. Se for considerada a produção mundial global por ano, em 1953 e 1959, apenas um aumento de crescimento vegetal da população, mais nada.

No que se refere ao comércio exterior, com a participação percentual dos Estados Unidos. Comparando o comércio exterior com preços americanos em seu conjunto, verifica-se que em 1953 os Estados Unidos obtinham 27 por cento do mesmo, ao passo que em 1959 sua participação reduziu-se a 21 por cento.

O mesmo quanto às reservas de ouro. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, graças a uma série de empréstimos internacionais, como o Plano Marshall, os Estados Unidos acumularam para seus depositos mais de 50 por cento do ouro do mundo capitalista. O dólar era, então, algo como um símbolo de poder e força. Desde em 1957, de pouco mais que 36 milhões de dólares pertenciam a todos países capitalistas estavam nos cofres norte-americanos, para apenas de 27 bilhões. Passados somente três anos, os 23 bilhões se haviam reduzido a 18 bilhões, portanto a menos de metade do total mundial de reservas de ouro. E mesmo essas 18 bilhões, segundo o

comentarista econômico Joseph Slavin, do "New York Herald Tribune", são insuficientes para atender aos compromissos a curto prazo com credores estrangeiros. O dólar periclitava. Os Estados Unidos marchavam pelo caminho da desvalorização do dólar, advertiu o professor Bernhardt da Universidade de Columbia.

Por que, então, a estagnação de Ike?

O dilema de Kennedy

Certo, há uma coincidência histórica — mas não deixa de ser curioso o fato de que dois presidentes, nos dois maiores países da América, tomaram posse na mesma época, envolvidos na mesma contradição. No Brasil, Janio tem compromissos com os poderosos grupos econômicos que financiaram sua candidatura, ao mesmo tempo em que lhe será perigoso esquivar as implicações dos quase 6 milhões de votos que recebeu. Kennedy, nos Estados Unidos, conquistou o decisivo apoio de milhões de operários prometendo-lhes adotar medidas para deter o desemprego e a estagnação econômica; enquanto is-

so, os círculos dirigentes da burguesia monopolista — para os quais o governo de Ike foi um céu aberto — esperam que o presidente supermillionário defenda com vigor não menor seus interesses econômicos e políticos.

Seja como for, o fato é que Kennedy não tem razões para participar do otimismo de Ike. O primeiro ano do seu governo apresenta-se com uma fisionomia sombria. A maioria dos observadores de Wall Street e a maior parte das publicações econômicas especializadas caracteriza a atual situação como de nova queda na produção, que se prolongará até meados deste ano, ou talvez por mais tempo.

Inquietação

Circula nos Estados Unidos, editado pela diretoria da Conferência Nacional das Indústrias, uma publicação de distribuição restrita. Chama-se "Business Record" e se destina especialmente aos dirigentes das maiores "corporations". Em seu número de outubro último, assinalava a publicação que o sistema federal de reserva "orienta-se firmemente desde março no sentido de uma

política de desvalorização da moeda". Acrescentava que o governo, a partir de junho, apressa-se em concluir contratos militares e alguns contratos de obras civis. Começa, enfim, a "erguer barreiras no caminho do descenso", com presteza bem maior do que em 1957, mas até aqui sem qualquer êxito.

O que se passa é que a atual conjuntura nos Estados Unidos difere radicalmente daquela que existiu nos primeiros doze anos do pós-guerra. Segundo alguns economistas americanos, a inflação do pós-guerra chegou ao fim e a estabilização dos preços por atacado deu-se, desta vez, antes mesmo que a economia entrasse em declínio. Aquêles estímulos oferecidos pela inflação para os investimentos de capital deixaram de existir.

As possibilidades de concorrência com os preços americanos, tanto dentro do país, como no estrangeiro, são agora maiores que em qualquer outro ano desde 1945. Diminuiu a demanda para a aquisição a prazo de bens de consumo duráveis e também de casas para alugar. Eis por que o mesmo "Business Record" aconselha prudência aos seus ilustres e inquietos leitores, sugerindo que se abstenham de tirar apressadas conclusões otimistas — por analogia com outros ciclos do pós-guerra — acerca da duração do atual declínio, antes que existam dados mais completos sobre a situação...

O economista norte-americano Victor Perlo, colaborador da administração de Franklin Roosevelt, quando no "new deal", considera que a atual crise pode ser muito mais grave que qualquer das três anteriormente registradas neste pós-guerra. Diz ele: "As contradições do sistema capitalista aprofundam-se a um grau tal que é necessário levar em conta a possibilidade de eclosão de grandes e prolongadas crises de superprodução, semelhantes àquelas que houve antes da segunda guerra mundial".

Profecia de vida curta

O fim da greve do aço, que se prolongou por vários meses — desde meados de 1959 — e o promissor reinício das atividades da indústria siderúrgica levaram a maioria dos economistas e homens de empresa a fazer brilhantes prognósticos para o ano de 1960. Alguns, mais afoitos, chegaram mesmo a falar nos "wonderful sixties", anunciando uma maravilhosa década para o capitalismo norte-americano. As grandes empresas pretendiam realizar este ano os maiores investimentos da história dos Estados Unidos. No princípio, com efeito, tudo parecia coincidir com o quadro ideal. A poderosa indústria siderúrgica, que é capaz de produzir 135 milhões de toneladas por ano, chegou a trabalhar a 96-98 por cento de sua capacidade. Logo, porém, os estoques foram repostos e dois ou três meses depois começou um firme declínio na produção americana de aço. E que, com a greve, as indústrias — em primeiro lugar a automobilística que é o maior consumidor de aço dos Estados Unidos — haviam gasto suas reservas de metal e se lançaram, simultaneamente, à reposição dessas reservas. Tão pouco foi batido o recorde nos investimentos. Apesar de elevados — foram investidos, em 1960, 36,5 bilhões de dólares —, os investimentos básicos ficaram aquém do nível recorde de 1957.



5 milhões de sem trabalho

A tomada de ações industriais para inversões básicas começou a cair e já no segundo trimestre de 1960 situou-se 11 por cento abaixo do período correspondente de 1959. Os risonhos prognósticos tiveram vida curta. Em vez de uma maravilhosa década dos 60, o que a economia norte-americana tem imediatamente pela frente é a perspectiva de graves dificuldades.

Os compactos

As estatísticas apresentam o ano de 1960 como um dos melhores para a indústria automobilística dos Estados Unidos. Com o lançamento dos modelos chamados compactos, tentavam os industriais superar os fatores desfavoráveis do mercado, reduzindo os gastos em metal por automóvel produzido. De outro lado, certo aumento verificou na produção em setembro e outubro estável relacionado com questões de prestígio político: o aumento da produção de veículos daria uma certa sensação de prosperidade, inflando na campanha eleitoral, em favor dos republicanos. Todavia, as coisas não saíram exatamente como esperavam os fabricantes de automóveis. E a 1.ª de novembro os estoques de carros produzidos e não vendidos eram 60 por cento superiores aos de período idêntico de 1959. A tendência é para a redução da produção neste ano que começa.

Também na construção de habitações registrou-se um descenso. O governo tentou modificar tal tendência criando facilidades para a concessão de empréstimos sob a garantia da hipoteca dos imóveis. Mas, em agosto e setembro a demanda desses empréstimos foi menor do que nos meses correspondentes do ano anterior.

Torna-se cada vez mais difícil superar por meios artificiais os fatores fundamentais que restringem a venda de bens de consumo duráveis. O poder aquisitivo das massas, que teve certo crescimento nos anos anteriores, cai agora sob a influência do crescimento do desemprego, do congelamento dos salários e do aumento do custo de vida. Em setembro de 1960, o índice dos preços dos serviços — na esfera do consumo — atin-

giu 150,8 (tomando-se 1947-1949 igual a 100), ao mesmo tempo em que o índice dos preços das mercadorias constituía 117,7. O rápido aumento do valor dos serviços absorve as poupanças do público que seriam destinadas à aquisição de bens duráveis. Além disso, acumularam-se as dívidas a longo prazo: 13 por cento dos cheques emitidos hoje nos Estados Unidos correspondem a dívidas contraídas anteriormente.

Em dezembro último havia nos Estados Unidos mais de 4 e meio milhões de desempregados, o maior número, para dezembro, desde 1940. Atualmente eles devem ser 5 ou 5,5 milhões. Para o futuro é totalmente incerto.

Comércio exterior

Em 1960, os Estados Unidos elevaram suas exportações, relativamente a 1959. Isto se deve a fatores temporários. Efectivamente, a primeira explicação para o fato reside na fase de apogeu que está atravessando a economia européia. Ora, tendo perdido parte dos estímulos que sustentaram esse "boom", os produtores da Europa procuraram atender atualmente às próprias e mais parte das necessidades dos seus países e por isso é de se esperar em 1961 uma nova redução das exportações norte-americanas para os mercados tradicionais.

Por outra parte, enquanto a Europa Ocidental vincula-se mais e mais aos países socialistas — exemplo disso são, entre outros, os recentes e grandes acordos firmados pela Itália e a Alemanha Ocidental com a União Soviética —, os Estados Unidos insistem em sua política de discriminação. Pior ainda, cometem erros clamorosos, como a virtual renúncia ao mercado cubano, privando sua indústria de 500 milhões de dólares por ano, consequência inevitável da estúpida suspensão das cotas de açúcar cubano para os Estados Unidos.

Militarismo e desprestígio

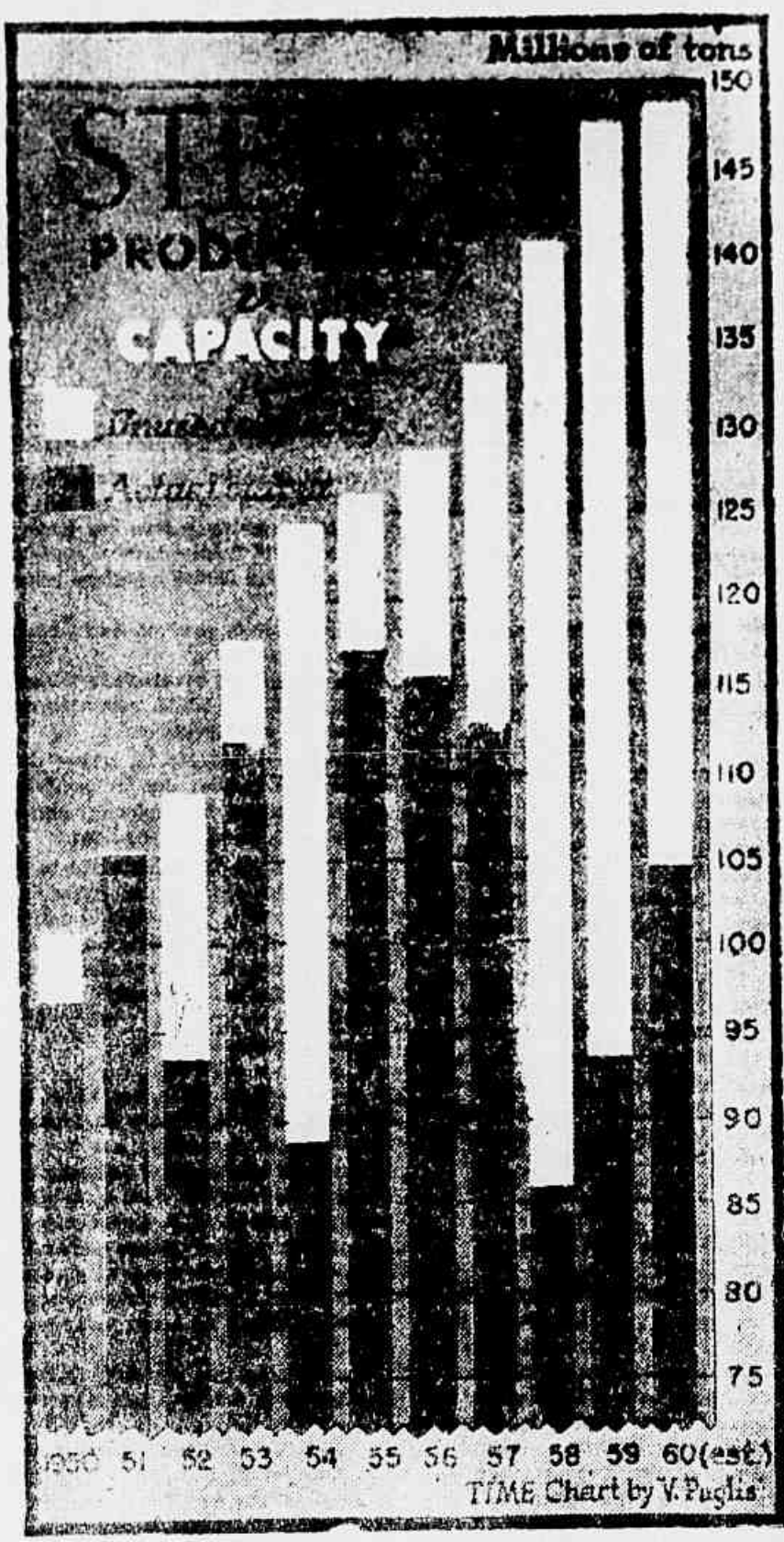
Num bico sem saída, os homens que têm a responsabilidade de conduzir a economia norte-americana persistem num caminho perigoso: buscam a saída na guerra. Mas, se a guerra é uma solução? E, antes disso: conseguirão os loucos belicistas iniques vencer as resistências à guerra que se erguem em todo o mundo?

O fato é que dos 82,3 bilhões de dólares do novo orçamento norte-americano, 58 bilhões serão destinados a fins puramente militares. Do chamado auxílio ao estrangeiro, de 3,6 bilhões de dólares, 50 por cento destinam-se ao chamado auxílio militar...

Como se vê, apesar de que foi precisamente a política de conquista da hegemonia mundial que agravou a situação econômica dos Estados Unidos, influentes círculos norte-americanos continuam em ater-se a ela. Os bilhões de dólares gastos para sustentar os "chian-kaishaks" e "singman-rhess" não impediram que o prestígio norte-americano caísse tão baixo, mas foram decisivos para que o dólar chegasse a iminência da desvalorização.

Continuará Kennedy pelo caminho trilhado por Eisenhower, que, em última análise, é o caminho do opróbrio político e da ruína econômica? Ou, ao contrário, se esforçará por retirar a teste de Khrushchov de que os Estados Unidos são uma nação em decadência?

É muito provável que ainda tenhamos a resposta a estas indagações em breve. Entretanto, o futuro dos Estados Unidos, e do mundo, parece cada vez mais incerto.



Aço: produção e capacidade

Neste gráfico, publicado no "Times" de 11 de novembro último, pode-se ver a desproporção entre a capacidade de produção da siderurgia norte-americana (triângulos em branco) e aquilo que ela pode produzir (triângulos, pretos).



Greves e choques de classe

Greves e choques de classe são o complemento inevitável do desemprego. Os capitalistas tentam descarregar sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise: com os salários baixos e o aumento do custo de vida. A pressão de milhões de desempregados sem trabalho se faz sentir da maneira mais perigosa sobre os milhões de quem trabalham. Enquanto a direção da empresa impõe austeridade para os lucros, os empregados agravam ainda mais a situação dos trabalhadores. Tudo indica que esse método será cada vez mais adotado, agora, nos Estados Unidos.

Economia Soviética Avança a Ritmos Impressionantes

As 11 horas da manhã do dia 21 de dezembro de 1960 inaugurou-se a sexta sessão da quinta convocação do Soviete Supremo da URSS. Na tribuna, um homem de estatura mediana, cerca de 50 anos de idade, usava óculos de aros finos e cabelo repartido do lado esquerdo começou a apresentação aos deputados de um longo relatório sobre o estado da economia soviética: como correram as coisas em 1960 e o que será feito em 1961. Esse homem, que falava a um auditorio extremamente atento, era o deputado N. V. Novikov, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS e presidente do Plano de Estado da União Soviética.

"As coisas vão bem com a nossa economia nacional" — disse Novikov — logo no início do seu discurso. Os fatos que alinhou a seguir, as abundantes cifras que apresentou atestam que não se tratava simplesmente de palavras, mas que, realmente, a economia soviética vai bem.

Superado o plano

O Plano Setenal é dividido em planos anuais, que o Soviete Supremo e o Partido Comunista, pelo seu Comitê Central, controlam às vezes mais de uma vez em cada ano. Em 1960, segundo ano do Plano Setenal, as metas pre-

visadas foram mais 185 milhões de metros quadrados de tecidos, mais 6 milhões de pares de calçado de couros e mais umas 300 mil toneladas de carne.

Falaríamos mais adiante da agricultura soviética, mas desde já queremos reproduzir as palavras de Novikov de que também nesse setor a economia soviética continuou a expandir-se. Em 1960 foram incorporados ao cultivo mais 7 milhões de hectares de superfícies cultiváveis (cerca de um terço da área cultivada no Brasil), embora as colheitas não tenham sido boas como as de anos anteriores, por uma série de deficiências e também por certas meteorológicas.

Os êxitos alcançados pela economia soviética no setor dos transportes são igualmente notáveis. Construíram-se novas ferrovias e procedeu-se à intensa eletrificação das existentes. Está em fase de conclusão a eletrificação da ferrovia Moscou-Irkusski, uma das maiores do mundo, com ... 5.000 quilômetros de comprimento.

Novos investimentos

Os novos investimentos asseguram o contínuo desenvolvimento da economia soviética. Durante os dois primeiros anos do Pla-

nitividade do trabalho cresceu de 3 por cento na indústria, relativamente a 1959, e de 8 por cento nas construções. Os planos para redução dos gastos de produção são cumpridos e superados, com o que aumenta ainda mais a produtividade na economia soviética.

Êxitos: a quem beneficiam?

No seu relatório, Novikov fornece outros elementos que mostram a quem aproveita esse desenvolvimento impetuoso da economia. Sobem os salários reais dos operários, empregados e colcosianos. Os pagamentos e prêmios recebidos pela população e saídos do orçamento estatal cresceram de 15 bilhões de rublos em comparação com o ano anterior. E a partir de primeiro de outubro estão sendo abolidos os impostos pagos pelos operários e empregados.

Um ponto importante do Plano Setenal soviético consiste na redução do dia de trabalho, de modo a torná-lo o mais curto do mundo. Nesse sentido, durante o ano de 1960, foi integralmente concluída a passagem do dia de trabalho de todos os operários e empregados da União Soviética para 6 ou 7 horas, conforme o ramo da produção, sem redução, mas, ao contrário, com aumentos do salário.

Também o programa da construção de residências para o povo vai de vento em popa. Do mesmo modo que as demais, a indústria de construção na URSS não conhece crises. Somente as despesas do orçamento estatal (sem incluir as casas construídas com os recursos privados), foram entregues à população, em 1960, 1 milhão e 400 mil novas residências.

Presente e futuro

Claro, mesmo na indústria, cujos progressos são notáveis, nem tudo são flores. Em algumas empresas, afirma Novikov, manifestaram-se deficiências e os respectivos planos não foram cumpridos. Entretanto, são uma exceção. A regra é o avanço, são os êxitos na produção.

A idéia da comparação é inevitável. Dir-se-á: mas com todo esse progresso, o nível de vida do americano médio é superior ao do cidadão soviético. Sem dúvida, isto é certo. Todavia, para o camponês ou o operário da URSS a grande, a incomparável vantagem do socialismo está em que ele vive hoje certamente melhor do que ontem e amanhã viverá ainda melhor. Entre 1953 e 1959, o consumo anual de carne por habitante na URSS, passou de 38 para 50 quilos, ou seja, 137 gramas por dia por pessoa. O consumo de manteiga subiu de 4,7 para 6,4 quilos por habitante por ano. E o plano prevê novos aumentos. Quem põe em dúvida de que tais metas serão atingidas? Estão certos os soviéticos de que dentro de mais alguns anos isso que nos parece hoje o máximo — os níveis atingidos pelos Estados Unidos — também será por eles superado.

Um perigo que não existe

Diz um dos artigos da Constituição Soviética que "quem não trabalha não come". Há, aí, certamente, deveres recíprocos do cidadão e do Estado. Do primeiro é o dever de trabalhar; do Estado o de proporcionar-lhe trabalho. Em tudo o que se tem escrito contra a URSS nunca ninguém afirmou haver desempregados lá. E de fato não existem. Apesar das gigantescas proporções da economia soviética, não existe falta de trabalho, mas sim, em alguns lugares, escassez de mão-de-obra. Os soldados recentemente desmobilizados estavam tranquilos, pois sabiam que não ficariam de braços cruzados. Muitos saíram das suas unidades dissolvidas diretamente para as fábricas e os campos.

De acordo com o último recenseamento realizado na URSS, em 1959, dos 208 milhões e 800 mil habitantes do país, a população se repartia do seguinte modo, segundo os grupos sociais: 142 milhões e 700 mil operários e empregados (nas cidades e aldeias); 1.65 milhões e 500 mil camponeses; colcosianos 600 mil

camponeses individuais e artesãos não organizados nas cooperativas. Ainda naquele total, havia 99 milhões e 130 mil trabalhadores, sem contar com os administradores ou com as pessoas ocupadas em suas próprias economias agrícolas.

Diretamente ocupados na produção material, contava a URSS, em 1959, com mais de 80 milhões de trabalhadores. Entre 1939 — data do censo anterior — e 1959, os trabalhadores ocupados na indústria, nas construções, nos transportes e nas comunicações passaram de 30,1 por cento para 36,9 por cento do total dos trabalhadores. A população agrícola, ao contrário, diminuiu de ... 50,1 por cento para 38,8 por cento, em conseqüência do aumento da produtividade e dos progressos na mecanização.

Menos dirigentes

No que se refere ao ensino, às ciências, aos serviços de saúde e aos serviços urbanos e sociais os efetivos aumentaram sensivelmente, ao mesmo tempo em que diminuía na mesma proporção o pessoal ocupado nos organismos de direção.

É importante assinalar que os maiores aumentos no número de metalúrgicos, químicos, mecânicos, motoristas de caminhões, tratoristas, engenheiros, técnicos, agrônomos, professores, médicos, cientistas, etc., verificaram-se nas regiões menos desenvolvidas. Enquanto no conjunto da URSS, entre 1939 e 1959, os cientistas passaram de 14 mil para 316 mil, isto é, multiplicaram-se 22,5 vezes, no Kazakstão e na Ásia Central passaram de 264 para 26 mil e 500, aumentando em 74 vezes.

Outros dados que mostram o extraordinário incremento da ciência e da técnica na URSS são os seguintes: entre 1929 e 1959 o número de engenheiros (incluindo os diretores de empresas e chefes de oficinas) aumentaram de 247,3 mil para 834,3 mil; os construtores e desenhistas de projetos passaram de 103,9 mil para 297,1 mil; os médicos e auxiliares passaram de 679,6 mil para 1 milhão e 702,5 mil. O número de cientistas, colaboradores científicos e professores de escolas superiores praticamente triplicou; subiu de 111,6 mil para ... 316,4 mil.

Nenhum país no mundo, aí incluídos os Estados Unidos, pode apresentar cifras tão elevadas, quer no ritmo de crescimento, quer em valores absolutos. E se

Ferro fundido (em milhões de t)	51.200
Aço (em milhões de t)	71.340
Laminados (em milhões de t)	35.270
Petróleo (em milhões de t)	164.000
Carvão (em milhões de t)	511.700
Eletricidade (em bilhões de quilowatts-hora)	327

Esses são apenas alguns números que estão longe de exprimir todo o complexo quadro da expansão da economia soviética. O aço, por exemplo. Se a indústria siderúrgica norte-americana continuar trabalhando nas bases atuais — utilizando apenas de 50 por cento de sua capacidade — a produção absoluta de aço dos Estados Unidos será inferior à da URSS, em 1961. O fato teria a maior significação, assinalando a perda de uma supremacia mundial norte-americana que vem desde a última década do século passado.

No que se refere ao setor energético, o incremento da produção petrolífera introduzirá profundas modificações no balanço energético da URSS. O petróleo e o gás, em 1961, construirão 42 por cento do consumo de combustíveis no país, contra 31,8, em ... 1958. Em relação com isto, o preço de custo de uma tonelada de combustível convencional reduzir-se-á de 13 por cento, em 1961, relativamente a 1958.

Investimentos e indústria leve

O nível já atingido pelo desenvolvimento industrial na URSS permite ao governo soviético ampliar consideravelmente a produção de bens de amplo consumo. O volume geral de investimentos na indústria leve aumentará em 1961 de uma vez e meia em comparação com o ano anterior. Nada menos de 29 grandes empresas da indústria leve serão inauguradas e outras 32 terão sua construção iniciada no ano em curso. Serão produzidos este ano 6 bilhões e 320 milhões de metros



Criação de aves

A peculiaridade da agricultura soviética consiste no grande número de criações de aves. Em diferentes regiões do país a avicultura é amplamente desenvolvida e as grandes represas são aproveitadas para esse fim.

forem considerados os estudantes a comparação será ainda mais esmagadora.

O plano para 1961

Certos economistas norte-americanos vêm há alguns anos batendo na tecla de que a URSS se desenvolve a ritmos tão rápidos por ser um país "imaturado", de economia ainda em expansão, mas que no futuro crescerá na mesma progressão que os países do capitalismo clássico. Os fatos, porém, refutam essa tese. Vejamos o plano para 1961, para o ano que se inicia.

A produção industrial global aumentará em 8,8 por cento, relativamente a 1959, fazendo com que o ritmo de expansão desse primeiro triênio do Plano Setenal situe-se em torno de 10 por cento ao ano. A primazia continua sendo dada à indústria de base, que tem um aumento previsto de 9,5 por cento, contra 6,9 por cento para a indústria de bens de consumo.

Por setores, o quadro previsto é o seguinte:

Ferro fundido (em milhões de t)	51.200
Aço (em milhões de t)	71.340
Laminados (em milhões de t)	35.270
Petróleo (em milhões de t)	164.000
Carvão (em milhões de t)	511.700
Eletricidade (em bilhões de quilowatts-hora)	327

quadrados de tecidos, 377 milhões de peças de tricostagem, 440 milhões de pares de sapatos (mais de 2 pares por habitante), etc.

Os investimentos globais da economia soviética em empreendimentos básicos, ascenderão, em 1961, a 20 bilhões e 40 milhões de novos rublos. Convertidos em dólares (1 dólar = 90 copeques novos), significam um investimento de mais de 32 bilhões de dólares. Tendo em vista o fato de que a produção industrial global norte-americana ainda é bem maior que a soviética, e que os investimentos nos Estados Unidos, este ano, estarão em torno daquela cifra, pode-se perceber o quanto é mais rápido o ritmo de expansão da economia soviética, e, mais ainda, que essa diferença de ritmos tende a aumentar com o tempo.

Novo rublo

Desde 1.º de janeiro último está em vigor na URSS o novo rublo, equivalente a 10 rublos antigos. O conteúdo-ouro da nova moeda tornou-a uma das mais fortes do mundo, de tal modo que seu valor supera o do dólar. O novo rublo, que reflete o fortalecimento da economia soviética, tornar-se-á, provavelmente, dentro de algum tempo, uma nova moeda conversível, isto é, de livre curso em todo o mundo.

O problema agrícola

Em geral, o problema da socialização da agricultura é um dos mais complexos da edificação socialista. Apesar da enorme atenção dedicada pelo Estado soviético à agricultura, o fato é que

ela não tem acompanhado os notáveis êxitos da indústria. No ano que findou, por exemplo, várias deficiências foram assinaladas e um Pleno do Comitê Central do PCUS foi convocado principalmente para tratar do assunto. As dificuldades encontradas pela agricultura soviética foram saudadas com salônica alegria pela imprensa dos países capitalistas. Um jornal paulista chegou, mesmo, a falar em "fracasso" do socialismo na agricultura e ainda esta semana, num artigo de jornal, o sr. Roberto Campos atribuiu o não cumprimento de alguns objetivos do plano a uma vingança dos camponeses contra Marx...

São tão importantes tais comentários... As principais regiões agrícolas da URSS são a República Russa, a Ucrânia e agora, depois da política de assimilação das terras virgens, também o Kazakstão. Na Rússia, o plano de produção de cereais foi atingido e ultrapassado, tendo sido colhidos 4,3 bilhões de puds (cerca de 77 milhões de toneladas). Na Ucrânia, a colheita foi de 1 bilhão 630 milhões de puds (praticamente a mesma do ano anterior) e no Kazakstão os cereais vendidos ao Estado estiveram 19 por cento abaixo do planejado (642 milhões, ao invés dos 794 milhões de puds, cuja compra pelo Estado constava do plano). Somente nestas três regiões — que são as principais mas não as únicas — foram produzidas mais de 100 milhões de toneladas de cereais, que constituem a base da economia agropecuária soviética.

Amplia-se a democracia

Para quem acompanha a vida soviética, a realização do mencionado Pleno, tanto pelo número e a categoria das pessoas que dele participaram, como pelo tom dos debates, pelas agudas críticas feitas tem a maior significação. Tanto mais quanto as discussões foram publicadas pela imprensa soviética e delas todo o povo tomou conhecimento. Sem sombra de dúvida, o fato assinala uma importante ampliação da democracia política na URSS, solidamente apoiada na democracia econômica socialista.

Em particular a atuação de Kruschiov nesse Pleno, pela vivacidade de suas intervenções e o enorme conhecimento que demonstrou das questões agrícolas, certamente contribuirá para a superação dos erros e a punição dos responsáveis por fraudes e irregularidades. Esse Pleno, ao mesmo tempo que revelou as falhas da agricultura da URSS e indicou os caminhos para saná-las, constitui uma demonstração do que é a democracia socialista em ação, certamente impossível de ser encontrada em qualquer país capitalista. E os que supõem que o socialismo pode produzir resultados na indústria, mas não na agricultura, devem estar preparados para sofrer novas decepções...



Consumo popular

vistas para o desenvolvimento da indústria foram superadas em 3 por cento. E o crescimento da produção industrial soviética continua a dar-se na proporção de 10 por cento ao ano. Fato, é algo notável, menos pela cifra, já de si grandiosa, do que pela inflexível regularidade com que é atingida, como termo de comparação, diremos que a economia nacional norte-americana tem um ritmo anual de crescimento da ordem de 2,5 por cento, isto é, quatro vezes menor.

Somente no ano de 1960 a URSS aumentou sua produção de energia elétrica em 60 milhões em 1959 para 148 em 1960. A produção de petróleo cresceu de 136 milhões em 1959 para 164 milhões em 1960. O consumo de energia elétrica aumentou de 30 bilhões em 1959 para 45 bilhões em 1960. A produção de aço aumentou de 30 milhões em 1959 para 71 milhões em 1960. Durante o ano de 1960, a pro-

Nossa Página em Nova Fase

Novo ano, idéias novas. Dentro desse lema, NOVOS RUMOS reinicia a publicação de sua página estudantil. Muitas são as nossas pretensões, imensas são nossos planos. Porém nenhum plano e grande demais nem nenhuma idéia é demasiado pretensiosa quando seus executores sabem que podem contar com o apoio entusiasta e ativo de um grande coletivo de jovens.

Oferecemos, portanto, aos nossos jovens leitores um esboço de nossa página em sua nova fase.

Pensamos em primeiro lugar que ela deve contribuir decisivamente para a coordenação nacional das forças progressistas que atuam no movimento estudantil, as quais, em virtude da imensidão de nosso território, vivem separadas, e em certa medida isoladas do que ocorre em outros Estados da Federação. A unidade de ação em torno de palavras-de-ordem comuns aos estudantes de todo o país é uma das nossas importantes metas.

Em segundo lugar, desejamos que, através de suas reportagens, noticiário, entrevistas, etc., desfilem diante dos olhos do leitor as magníficas experiências colhidas diariamente em todos os pontos do país através das lutas políticas e econômicas diárias e abnegadas que os nossos estudantes travam por melhores condições de vida e de estudo e por um destino melhor para nossa pátria. A luta pela Reforma Universitária e contra o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contra o alto custo das anuidades escolares, em defesa e pela ampliação do monopólio estatal de Petróleo, a luta empolgante em defesa do bravo povo cubano em suas múltiplas expressões, serão através de nossa página conhecidas e divulgadas.

Mas não apenas isso. Ela será dedicada em boa parte a retratar a vida cultural, esportiva e recreativa da juventude escolar, refletindo seus torneios esportivos, a vida interna de seus clubes de cinema, a atividade incomparável de seus grupos de teatro que hoje proliferam por todo o país.

Coordenação, denúncias, estudos das reivindicações estudantis, divulgação de suas lutas, transmissão de suas experiências, noticiário de sua vida cultural e recreativa de forma viva e variada são pontos de nossos planos que se transformarão em realidade porque contaremos certamente com a boa vontade de todos vocês estudantes do Brasil!

Z. A.

PRESIDENTE DA UNE EM ENTREVISTA A NR:

"A REVOLUÇÃO CUBANA JÁ ESTÁ CONSOLIDADA"

Tendo regressado, no dia 12 do corrente, de sua viagem à Cuba, Oliveira Guanais, procurado por nossa reportagem, transmitiu as suas impressões sobre o que viu e sentiu acerca da vitoriosa Revolução dos Barbudos.

O convite partiu da Federação de Estudantes Universitários Cubanos através de seu presidente, Rolando Cubela, ensejando a que Guanais assistisse ao desfile de 2 de janeiro, o Desfile da Vitória, e formasse uma idéia honesta e real da Revolução Cubana.

Revolução consolidada

"A Revolução é, hoje, um fato consumado, estando consolidada. Ela é um estado de espírito do povo cubano" — com essas palavras Guanais iniciou a sua entrevista. "Apesar do perigo de invasão pelos imperialistas ianques, apesar dos contra-revolucionários sabotadores, nada poderá detê-la. Aos atos de terrorismo, o governo contraporá atos de repressão que chegarão até aos fuzilamentos. O governo agir desta forma, não por uma posição pessoal, como poderá parecer, mas porque o povo cubano assim o exige. É o homem comum da rua que, perguntado sobre a solução para o problema, responde: 'Al paredón!'"

Milícias populares

Perguntamos ao presidente da UNE como eram formadas as milícias populares. "Elas são formadas pelas Bases Operárias, Campesinas e Estudantis. O entusiasmo dessas Milícias é crescente, estando elas dispostas a defender as atuais conquistas revolucionárias, bem como lutar por novas vitórias. Esse é o setor armado da população" — respondeu o nosso entrevistado.

Situação dos hotéis

Guanais nos informou que os Hotéis se encontram sob intervenção do governo. Como consequência dessa intervenção, os preços são populares, acessíveis a todas as camadas da população. É comum encontrar-se em hotéis luxuosos — como no Habana Libre, por exemplo — famílias modestas, do interior, usufruindo de todo conforto. Esses populares são atendidos com a mesma atenção com que eram os ianques, pois o pior

crime em Cuba é a discriminação (política, religiosa, racial ou social). É essa democratização que o povo cubano defende ao afirmar que "ninguém me toma isso", "antes, eu nem podia entrar nessas hotéis".

Reforma urbana e agrária

"O povo cubano se orgulha da sua reforma Urbana como de sua reforma Agrária" — continuou Guanais. "A reforma urbana já está dando seus primeiros resultados, entrando a população de posse de suas residências. A reforma agrária é uma realidade que ninguém mais discute." O nosso entrevistado acrescenta que a reforma urbana trouxe como resultado o abandono dos bairros granfinos pelos antigos proprietários.

"Ao lado da reforma urbana, o governo revolucionário construiu cidades operárias nos arredores de Cuba constituídas de blocos de apartamentos de quatro andares" — juntou o entrevistado. "São residências padronizadas chegando a ser luxuosas".

Vida comum

"A vida diária está sendo prejudicada pela possibilidade de invasão de Cuba pelos EUA" — esclareceu Guanais ao ser inquirido pelo ritmo de vida em Havana.

O presidente da UNE relatou-nos que o povo cubano conta com certa, como coisa presente, a invasão de Cuba. A par disto há uma grande predisposição de defesa do seu território "hasta la última gota de sangue". O povo está mobilizado, guardando quartéis, edifícios públicos. A formação da Milícia Feminina é um fato incontestante, sendo comum encontrar-se mulheres armadas dando plantão noturno pela cidade.

Rompimento das relações EUA-Cub

"O povo cubano recebeu muito bem o rompimento, pois havia grande pressão popular contra os Estados Unidos" — declarou Guanais. "Na reunião pública de 2 de janeiro — comemorativa da Vitória da Revolução — o povo gritava para Fidel Castro referindo-se aos ianques: 'que se van! Si lo quieren, que se van!' Não houve qualquer manifestação de rua no dia do rompimento, tendo sido o mesmo recebido com tranquilidade. O povo confia em seus aliados, os soviéticos, especialmente em seus foguetes."

Problema estudantil

"A Universidade, bem como as entidades estudantis, apoiam a Revolução", prosseguiu o presidente da UNE. "As Faculdades são verdadeiras Praças de Guerra. A Reforma Universitária Cubana já foi executada, participando o estudante de todos os órgãos deliberativos da Universidade. Em Cuba, você não tem um colega estudante e sim um soldado".

Incidente na Alfândega

Ao desembarcar no aeroporto internacional do Galeão, juntamente com o deputado estadual de Pernambuco, Paulo Vianna, e o presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba, Hamilton Gomes, Guanais e os demais tiveram empreendidos, por elementos da DPPS, livros e revistas que traziam de Cuba, tais como: "A história me absolverá", "Lei de Reforma Agrária", "Cruzeiro Internacional", etc.

Sobre esse incidente, Oliveira Guanais assim se expressou: "Lamento que, enquanto o Brasil mantém relações diplomáticas com Cuba e o povo brasileiro apoia a revolução cubana, parta das autoridades governamentais uma ordem arbitrária como a da apreensão de revistas e livros procedentes de Cuba. Além disso, os policiais não se dão ao trabalho de examinar o material a ser apreendido, levando livros e revistas de qualquer natureza, como aconteceu comigo e meus companheiros de viagem, ainda que não fossem sobre a Revolução Cubana. A UNE não fará qualquer gestão para reaver o material apreendido por achar que a nossa polícia necessita mais dele".



O presidente da União Nacional dos Estudantes embarcou para Cuba protegido pelos guarda-chuvas. Lá chegando, foi recebido pelo sol e o calor da Mha heróica, libertada. Convidado pelos estudantes cubanos para participar das comemorações do segundo aniversário da revolução, Guanais, ao voltar, usou a NR o que viu.

Viagem de ida

Um Milhão e Meio de Secundaristas Ameaçam Entrar em Greve: Anuidades

A União Brasileira dos Estudantes Secundários convocou o seu Conselho Nacional para o próximo dia 4 de fevereiro, na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. O Conselho pretende elaborar um plano de ação nacional face ao problema da elevação abusiva das taxas escolares. Nada menos de um milhão e meio de secundaristas ameaçam entrar em greve total caso o MEC não procure resolver o problema. Dada a gravidade da situação, NR ouviu Jarbas Santana, presidente da UBES.

O Conselho de Campina Grande

"O Conselho Nacional da UBES reunir-se-á de 4 a 8 de fevereiro vindouro na cidade de Campina Grande. O assunto principal do temário é o recente aumento extorsivo das anuidades escolares efetuado pelos tubarões de ensino. Caso o MEC não solucione o problema com o congelamento das anuidades, um milhão e meio de estudantes entrarão em greve no Brasil todo. O ministro Clóvis Salgado na entrevista que manteve com a diretoria da UBES adiantou que nada poderá fazer por estar expirando o seu mandato de ministro." — informou-nos Jarbas.

Relatórios dos Estados

"A exposição da situação dos Estados será feita sob a forma de

informes, a mesma usada já em outros Congressos." — esclareceu o presidente da UBES. "Qualquer posição da entidade só será tomada em conformidade com esses informes".

Diretrizes e Bases

"Devido à proximidade da votação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Senado Federal, a UBES pretende fazer uma revisão sobre os estudos feitos a respeito do projeto, bem como o recente trabalho da CANADEP, isto é, Campanha Nacional de Defesa da Escola Pública" — adiantou-nos Jarbas. "As conclusões desse trabalho serão levadas aos líderes de bancada do Congresso Nacional".

Apoio à Petrobrás

O nosso entrevistado esclareceu que aproveitando o Conselho será dado apoio integral à atual política petrolífera da Petrobrás, sendo inaugurada no local do Conselho uma exposição sobre as atividades da empresa estatal de petróleo. Além disso o professor Dalton Boechat fará uma conferência sobre o problema do petróleo no Brasil.

A Revolução Cubana

"A Comissão Executiva da UBES levantará o problema do apoio à

Revolução Cubana e a Fidel Castro por constituírem um exemplo a ser seguido pelos países subdesenvolvidos." — adiantou-nos o presidente da Comissão Executiva. "Traçaremos, também, a posição do estudante face aos problemas da política nacional. Sairemos desse Conselho com uma orientação real do estudantado brasileiro, pois deverão comparecer cinquenta representantes de entidades secundaristas com seus assessores" — finalizou Jarbas Santana.

Estudantes

apóiam

aeroviários

A União Metropolitana dos Estudantes, a exemplo de outras entidades estudantis, hipotecou irrestrita solidariedade aos aeroviários em sua luta pela readmissão dos companheiros injustamente demitidos em virtude de sua participação na última greve da corporação. Em nota distribuída à imprensa, a UME manifesta "o desejo de união entre os estudantes e os sindicatos".

Passada da Fome

Estudantes secundários da Guanabara realizaram uma passeata de protesto contra a ameaça de fechamento do Restaurante do Calabouço. Antes da passeata foi feita uma concentração-monstro no Restaurante da Ponta do Calabouço. O movimento teve a liderança da União Brasileira de Estudantes Secundários e da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, tendo recebido o apoio do ministro da Educação, sendo também um protesto contra o aumento de anuidades.

A ameaça de fechamento do Restaurante do Calabouço é consequência do desleixo do SAPS, encarregado de fornecer as refeições. O SAPS se recusa a assinar o convênio com o MEC alegando inatualidade dos preços apelando para uma majoração de preços. A UME não aceita, e nem poderia fazê-lo, o aumento de preços, que viria pesar na bolsa magra do estudante pobre.

Os secundaristas deixaram o Restaurante e seguiram pelas avenidas Calógeras e Graça Aranha, alcançando a rua São José e ocupando as escadarias do Palácio Tiradentes, onde funciona a Assembleia Constituinte. Usaram da palavra em apoio aos estudantes

os deputados Roland Corbisier, Hércules Correia e Paulo Alberto.

No Ministério de Educação e Cultura

O ministro Clóvis Salgado informou aos líderes estudantis que o congelamento das anuidades escolares só será possível depois do levantamento do aumento do custo de vida a ser feito pela Fundação Getúlio Vargas.

Pacto Operário-Estudantil

A Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários entrará em contato com os líderes sindicais da Guanabara a fim de ser assinado um pacto Operário-Estudantil de combate aos "tubarões" do ensino. Os líderes estudantis e operários deverão reunir-se proximamente em mesa-redonda para discutir as bases do pacto.

Ação da UBES

A União Brasileira dos Estudantes Secundários tratará do aumento abusivo das taxas escolares no próximo Conselho da cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Se a situação não se alterar até lá, proporá um a greve-geral dos estudantes secundários de todo o Brasil. Para tanto já conta com o apoio de São Paulo e da Guanabara.

Benedito Cerqueira e o Partido Comunista

O "Correio da Manhã", do dia 15 de este mês, estampou em suas páginas uma entrevista do desafiado dirigente sindical Benedito Cerqueira, na qual, ao laço de opiniões positivas, acertadas, aparecem afirmações e idéias errôneas, que chocaram parte da opinião pública e vêm despertando certa celeuma nos meios operários. Benedito Cerqueira critica todas as organizações partidárias, sem exceção, e afirma: "Falta ainda um partido para os trabalhadores." Prega a necessidade de formar-se tal partido e aponta como exemplo a seguir o Partido Trabalhista Inglês. Os comunistas, que sempre estiveram e continuarão a estar junto com Cerqueira na luta em defesa dos interesses do proletariado e do povo, não podem, no entanto, concordar com algumas opiniões expostas em sua entrevista.

Com o surgimento do P.C.B. em 1922, o proletariado brasileiro formava seu Estado Maior de combate e criava, assim, a premissa essencial para passar a intervir conscientemente nos acontecimentos políticos do país. Os latifundiários e os grandes capitalistas, bem como os imperialistas, compreenderam o significado adverso, para eles, da fundação do P.C.B. e, desde então, concentraram seu ódio de classe e sua ação visando a esmagar nosso Partido ou, pelo menos, entravar seu desenvolvimento. Em março próximo, o P.C.B. completará 39 anos de existência, dos quais viveu 37 na clandestinidade. Ao preço de muito sangue derramado, da abnegação e do heroísmo de seus membros, no curso de sua atividade, o P.C.B., enfrentando e superando mil e uma dificuldades, sofrendo derrotas e alcançando vitórias, aprendendo com seus erros e com seus acertos, chega aos dias de hoje mais consolidado ideologicamente, politicamente e mais experiente, mais organizado e ligado às massas do que nunca. Suas palavras-de-ordem vão se transformando em bandeiras de todo o nosso povo. E é justamente por isso que agora, quando a classe operária fortalece sua organização, sua unidade e eleva sua consciência política, quando o movimento patriótico, antiliberalista, se avoluma e adquire maior profundidade, quando se agrava a luta de classes e o P.C.B. se torna, cada vez mais, reconhecido por grandes massas como o único partido revolucionário da classe operária no Brasil, tenta-se, outra vez, levantar nova onda anticomunista. O tom desse anticomunismo se apresenta com variados matices: vai desde o penabotismo e o lanternismo, que exigem a instituição de campos de concentração para confinar os comunistas e, mesmo, a simples liquidação física destes, passando pelo anticomunismo avelegado de Deocleciano Cavalcanti, Ari Cam-

pista, Bindulfo Pequeno, Angelo Palmigiani, Alfredo Nunes, etc., até o anticomunismo "intellectualizado" do Sr. Guerreiro Ramos e de outros teóricos do "desenvolvimento", que se apresenta com uma roupagem pseudo-científica, pretendendo, estérilmente, provar diante das massas a caducidade histórica do marxismo-leninismo e do Partido dos comunistas. E isso numa época em que todos podem não somente ver como também apalpar a realidade de que, sob a bandeira de Marx e de Lenin, já vive cércera da metade dos habitantes da terra que constroem o socialismo e o comunismo e quando, iluminada pela doutrina imortal do marxismo-leninismo e dirigida pelo movimento comunista internacional, a humanidade passa inexoravelmente, do capitalismo para o socialismo. Os objetivos do anticomunismo são evidentes: seus arautos pretendem, através da calúnia e da mistificação, enganar as massas, negar o papel progressista e revolucionário do P.C.B., isolar os comunistas, para "livrar a classe operária" de seu chefe e torná-la, assim, impotente para intervir de forma independente na arena política nacional e incapaz de desempenhar com êxito sua missão histórica. É claro que, dentro desse quadro, não podem deixar de causar espécie as seguintes afirmações de Benedito Cerqueira:

"O P.C.B. também não é o partido que mais convém aos trabalhadores. Além de estar na ilegalidade (como se a culpa fosse dos comunistas, J.T.), cometeu, quando tinha vida normal, tremendos erros. Alijou destemidos combates de seus quadros. (Não diz quais são. Serão Agildo Barata, Osvaldo Peralva, Ailton Quintiliano, Crispim, etc.? J.T.). Mais adiante, Cerqueira conclui dizendo que: "O P.C.B. nunca esteve efetivamente nas mãos dos operários."

Portanto, para Cerqueira, o fato de o P.C.B. estar na ilegalidade é argumento para demonstrar que o mesmo "não convém aos trabalhadores". Mas, quem decretou a ilegalidade em 1947, a ilegalidade do P.C.B.? Foi a classe operária? Não. Foram as classes dominantes: os latifundiários e a burguesia que, obedecendo às imposições da política de "guerra fria" levada à prática pelo imperialismo norte-americano, jogaram o P.C.B. na ilegalidade e cassaram os mandatos dos parlamentares comunistas. E será que o fato notório dos latifundiários, da burguesia e dos imperialistas perseguirem, a ferro e a fogo, os comunistas e manterem o P.C.B. na ilegalidade por 37 anos, não é a melhor prova de que este é o único Partido revolucionário da classe operária, existente no país? A classe operária não se deixa enganar e compreende bem esta questão. Sabe que seu Partido, o P.C.B., é

o único que realmente preocupa aquelas forças.

Cerqueira, ao criticar as organizações partidárias, põe tudo no mesmo saco e diz que também no P.C.B., do ponto de vista da composição social, predominam os elementos não operários. Na prática, considera o P.C.B. um Partido como os demais, nos quais "os operários não têm vez." Ainda nesta questão são os fatos que o desmentem. Nos dois anos de legalidade que desfrutou, o P.C.B. passou de pouco mais de 3.000 para cerca de 200.000 membros, e a maioria do Partido era composta de trabalhadores. Nas eleições de 1945, o P.C.B. elegeu 15 deputados para a Assembléia Nacional Constituinte, dos quais 9 eram operários. Cabe dizer que após a cassação dos mandatos somente um operário conseguiu chegar eleito à Câmara dos Deputados: Roberto Moreira, que como se sabe é comunista. Ainda mais: no então Distrito Federal, o P.C.B. elegeu uma bancada majoritária de 18 vereadores, dos quais 9 eram operários. A assembléia Constituinte do Estado de São Paulo, o P.C.B. elegeu 11 deputados, dos quais 7 eram operários. No Ceará, elegeu 3 sendo 2 operários. Na Bahia, elegeu 2, sendo um operário. No Pará, o único deputado eleito pelo P.C.B. era um operário. E assim aconteceu em diversos outros Estados. Com a vinda do P.C.B. para a vida legal, em 1945, pela primeira vez em nossa terra a potente voz do proletariado, através dos deputados comunistas, pôde ressoar nos Paramentos e influenciar na elaboração da Constituição da República e da Constituição de vários Estados. A classe operária tornou o P.C.B. majoritário no Rio, na capital de São Paulo, na cidade de Santos, Sorocaba, Santo André, no Recife, na cidade de Rio Grande e em várias outras cidades e municípios do país. Desde então, a composição social do P.C.B. vem melhorando, acentuando-se o peso específico dos elementos de origem operária em suas fileiras e nos diversos escalões dirigentes.

No entanto, se a questão da composição social das direções de um Partido tem grande importância, não basta, por si só, para caracterizar um Partido revolucionário da classe operária. Partido não é somente composição social, é, fundamentalmente, ideologia, política e organização. E aqui é onde Benedito Cerqueira comete seu erro mais grave. Entusiasmado com o Partido Trabalhista Inglês e com "sua base tradicionalmente sindical", Cerqueira, inconscientemente, creio, faz a apologia do reformismo ao afirmar que: "O exemplo do Partido Trabalhista da Inglaterra mostra as vantagens da ação sindical para seu fortalecimento." E mais adiante: "Na Inglaterra existe, portanto, um partido realmente de trabalhadores."

Mas será que o Partido Trabalhista Inglês é realmente um partido operário? Foi fundado em 1900. Sua atividade tam-se desenvolvido sob a influência ideológica da burguesia e sob a direção imediata dos reformistas, que relem a luta de classes e preconizam a "harmonia" de interesses de operários e capitalistas. É fruto, não da elevação da consciência política da classe operária, mas, ao contrário, da introdução no seio do movimento espontâneo do proletariado da ideologia burguesa, e da política-burguesa da

JOVER TELLES

classe operária — o trade-unionismo. E um Partido reformista que desenvolve seu trabalho com o único objetivo de levar a classe operária a vender sua mercadoria "força de trabalho" com maiores vantagens e a lutar contra os compradores, os patrões, no terreno das transações puramente comerciais. Para esse Partido, a luta por reformas parciais constitui um fim em si mesmo. Assim, o Partido Trabalhista Inglês é um partido burguês, que coloca o proletariado a reboque da burguesia. Três vezes esteve no poder, em 1924, de 1929 a 1931 e de 1945 a 1951, e, nessas ocasiões, nenhuma vantagem advier para a classe operária. Não era o proletariado que estava no poder, mas os senhores Ramsay Macdonald, Henderson, Bevin, Morrison, Gaitskell e o Conde Clement Attlee, todos agentes descarados da burguesia imperialista. No poder, os "trabalhistas" ingleses foram para os povos das colônias da Inglaterra tão cruéis ou mais do que os conservadores. Foram os "trabalhistas" que assinaram com o governo dos Estados Unidos o acordo secreto que permite até hoje o vôo nos céus da Inglaterra dos aviões americanos carregados com bombas atômicas de hidrogênio. Enfim, os "trabalhistas" ingleses, ideologicamente, são irmãos gêmeos dos "socialistas" franceses, cujo chefe, Guy Mollet, não vacilou em deflagrar a fracassada guerra imperialista contra o Egito. E, sendo assim, como apontar como exemplo a ser seguido o Partido Trabalhista Inglês? Isso seria condenar o proletariado à posição de caudatário da burguesia.

Não, o proletariado, como a única classe revolucionária até o fim na sociedade atual, não pode limitar-se ao papel de satélite da burguesia. Ao contrário, deve ser o dirigente na luta de todo o povo pela revolução nacional e democrática completa e, posteriormente, na luta pela abolição da exploração do homem pelo homem. O proletariado é revolucionário somente quando tem consciência dessa idéia de hegemonia e a realiza. Dizia Lenin: "O proletariado que já adquiriu consciência desta tarefa é um escravo que se levanta contra a escravidão. O proletariado que não tem consciência da idéia da hegemonia de sua classe, ou que renega esta idéia, é um escravo que não compreende a condição de ser escravo e que se encontra. No mais dos casos, é um escravo que luta para melhorar sua situação como tal, mas não pelo derrocamento da escravidão."

O proletariado necessita um Partido capaz de se tornar seu Estado Maior, na luta pela conquista de seus objetivos imediatos e mediatos. O proletariado não pode limitar sua atividade e sua aspiração à luta pela conquista de reivindicações parciais. Para emancipar-se, necessita lutar para estabelecer seu poder político. Atualmente, em nosso país, o proletariado sabe que somente a frente única de todas as forças antiliberais e antifundais pode tornar viáveis os objetivos da revolução nacional e democrática. E esta somente se desenvolverá conscientemente se a classe operária conquistar sua hegemonia no processo da luta. Por isso, o proletariado não pode limitar-se a executar uma política "classista", "obreirista", nos limites de seu próprio campanário. A classe

operária não pode limitar-se a criar formas inferiores de organização: sindicatos, cooperativas, "partidos sindicalistas", etc. Essas formas de organização, por si só, não possibilitam à classe operária resolver seus problemas básicos e eternizam sua escravidão à burguesia. O proletariado necessita de um Partido capaz de, atuando como sua forma superior de organização, coordenar e concentrar a atividade de todas as forças da classe operária e do povo contra o inimigo principal em cada situação concreta. O proletariado necessita de um Partido revolucionário, que se caracterize não somente por sua composição operária, mas, fundamentalmente, por possuir uma ideologia de classe, e uma política acertada e por ado-

tar justos princípios de organização. A classe operária necessita de um Partido que esteja em toda parte, principalmente entre os operários e os camponeses, mas, também, entre a pequena e média burguesias, os estudantes, e que saiba igualmente desenvolver sua atividade também no seio da burguesia ligada aos interesses nacionais. O proletariado necessita de um Partido que lhe possibilite uma justa direção de suas lutas em relação ao Estado das classes dominantes e em relação às demais classes e camadas sociais da sociedade brasileira contemporânea. Somente um Partido assim pode assegurar a vitória. Tal Partido existe em nossa terra. É o Partido Comunista do Brasil.

Teoria e Prática A Base Teórica da Política Dos Comunistas

Completamos, hoje, em linhas gerais, a resposta a nosso leitor P.A., de Belo Horizonte, sobre "O que é o marxismo?"

O marxismo é a fusão da teoria e da prática revolucionárias. Não sem razão a ditadura do proletariado e a sua questão fundamental. Isso significa que a luta política tem um papel decisivo na luta de classe do proletariado. Significa, também, que a teoria deve estar presente na elaboração e na aplicação do programa político dos comunistas.

A política dos partidos comunistas — sua estratégia e sua tática — tem, assim, um fundamento teórico. Sua base de partida é materialista: o nível da economia, o modo de produção — e a estrutura de classe que dele deriva. Essa análise concreta revela as contradições maduras cuja solução condiciona, no momento, toda o desenvolvimento social. Revela o desnível entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção. E, com estas últimas, revela as classes da sociedade, com seu lugar na produção e seus interesses. A essa base de partida materialista, os comunistas unem a análise dialética da sociedade em que atuam. Não a vêem como algo parado e definitivo, mas em seu movimento e em sua história. Encaram suas classes e camadas sociais segundo o lugar que ocupam no processo produtivo e segundo sua ligação com as formas avançadas ou retrógradas da produção — pois daí decorre seu caráter de forças de progresso ou retrocesso social. Vem sua evolução como um processo ascendente, movido por contradições internas, em que as transformações graduais preparam os saltos revolucionários.

Cada período histórico é marcado por contradições fundamentais — maduras ou em pleno amadurecimento: e, entre elas, há sempre uma que é a principal, a que representa o mais forte obstáculo ao desenvolvimento da produção e da sociedade — e cuja solução se impõe, em primeiro lugar. E' a base, dela que se definem a etapa da revolução, seu caráter, seus objetivos gerais, a direção do golpe principal. Suas soluções coincidem ou colidem com a situação e os interesses destas ou daquelas classes; daí, os campos opostos, no processo da luta de classes; daí, o esquema de forças da revolução. Assim se define a estratégia dos comunistas.

Cabe a tática conduzir a luta de classes e as ações de massas até aos objetivos gerais, definidos pela estratégia. Como esta, a direção da luta de classes é, também, uma ciência — e apóia-se em postulados concretos. Parte de que a revolução se faz com as grandes massas do povo — e que este só se convence através de sua própria experiência. Tem em conta que, na vida social, o salto de qualidade — a passagem de uma a outra etapa de desenvolvimento — exige a acumulação de forças e um esforço constante de conquista para as soluções revolucionárias. Daí, seus métodos e meios, as formas de organização e as formas de luta, toda uma tática de soluções concretas necessárias para abrir caminho no sentido dos objetivos gerais e das etapas sucessivas.

Assim, a tática e a estratégia dos partidos comunistas enlaçam os objetivos, imediatos aos objetivos finais; como em nosso caso, elas fundem, num processo único, a revolução nacional e democrática e a revolução socialista. A base de uma e de outra, com seu fundamento teórico e como guia para a atividade prática, está o Materialismo Dialético e Histórico: a interpretação materialista da vida social — fundada no método dialético, científico, de seu conhecimento e de sua transformação.

LIVROS À VENDA

em espanhol:

La Revolución Cubana / Fidel Castro	Cr\$ 390,00
La Crisis General del Capitalismo / M. Draguniev	Cr\$ 210,00
Contra el Revisionismo / Lenin	Cr\$ 350,00
Anti-Dühring / F. Engels	Cr\$ 780,00
La Ideología Alemana / Marx y Engels	Cr\$ 800,00
La URSS de Hoy y Mañana / Compendio Informativo Ilustrado	Cr\$ 280,00
La Formación de los Científicos / K. Galkin	Cr\$ 185,00
Um Gran Decenio 1949-1959 (China)	Cr\$ 220,00
La Arqueología en la URSS / Alexandr Mongait	Cr\$ 1.500,00
El Ser y la Conciencia / S. L. Rubinstein	Cr\$ 850,00
La Psicología de los Sentimientos / P. Jakobson	Cr\$ 800,00
Obras Escogidas / Ivan Pavlov	Cr\$ 1.100,00
Los Reflejos Condicionados Aplicados a la Psicopatología y Psiquiatría / Ivan Pavlov	Cr\$ 640,00
Trabajos Fundamentales / F. Joliot Curie	Cr\$ 390,00
La Nueva Genética en la Unión Soviética / P. S. Hudson y R. S. Richey	Cr\$ 280,00
Teoría Corticovisceral de la Patogenia de la Enfermedad Ulcerosa / K. M. Bikov y I. T. Kurtzin	Cr\$ 500,00
Poemas / Mao Tse Tung	Cr\$ 90,00

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL PARA EDITORIAL VITÓRIA LTDA.
Rua Juan Pablo Duarte n.º 50/Sob., Tel.: 22-1613
Caixa Postal 165
Rio de Janeiro / GB

Ednil Gomes Ferrão Foi Expulso Das Fileiras Comunistas

Recebemos de Florianópolis, com pedido de publicação, a seguinte nota: "Os comunistas de Santa Catarina, examinando a atuação do sr. Ednil Gomes Ferrão, resolveram por unanimidade divulgar a presente nota para advertir ao povo, especialmente aos trabalhadores, que o mesmo não mais pertence às fileiras do movimento comunista, tendo sido expulso por sua conduta incompatível com a qualidade do título de comunista."

História do Movimento Operário

(LXIV)

De 13 a 15 de março de 1898 reuniu-se clandestinamente, em Minsk (Rússia Branca), o primeiro Congresso do Partido Operário Social-democrata da Rússia, com a presença de 9 delegados, representantes de 6 organizações, entre as quais figurava a mais antiga e a mais expressiva politicamente, a "União de luta" de Petersburgo.

O Congresso, entre outras decisões, proclamou a fundação do Partido, elegeu um Comitê Central de 3 membros e lançou um "Manifesto". Lenin, que continuava deportado na Sibéria e não pôde, assim, comparecer ao Congresso, considerou-o "um passo importantíssimo do movimento revolucionário russo para a sua fusão com o movimento revolucionário russo", e, apesar das deficiências políticas do "Manifesto" do Congresso, não vacilou em assiná-lo, citando-lhe expressamente as teses principais, ao redigir, em fins de 1899, o "Protesto de social-democratas russos".

Naqueles anos surgira, no seio da social-democracia da Rússia, a primeira corrente oportunista, conciliadora, o "econômico", segundo a qual o proletariado — já que o país se encontrava diante de uma revolução burguesa — devia limitar-se a lutar por suas reivindicações econômicas, deixando à burguesia, considerada como "elemento revolucionário", a tarefa de organizar e dirigir a luta política. O "Protesto" era um energético desmascaramento de certo grupo de "econômicos", autores da cínica plataforma reformista intitulada "Crede". Discutido e aprovado em assembleia, unanimemente, pelos 16 companheiros social-democratas que então viviam com Lenin na colônia de deportação da aldeia siberiana de Ermacovs-

COMO UNIFICAR AS FORÇAS DA SOCIAL-DEMOCRACIA RUSSA?

qui, o "Protesto" teve, em seguida, larga difusão em toda a Rússia.

Quanto ao pequeno Comitê Central eleito pelo I Congresso, logo depois os seus membros caíram nas garras da polícia czarista, e deixou de existir. De fato o Congresso não conseguiu unir e ligar organicamente os círculos e grupos marxistas que existiam dispersos pela Rússia. faltavam para tanto, ainda, o programa do partido, seus estatutos, uma linha única de conduta para as organizações locais, um centro único dirigente. — a referência é ao I Congresso — "é como se a social-democracia russa tivesse esgotado por certo tempo todas as suas forças e dado volta atrás para o anterior trabalho fragmentário das organizações locais isoladas. O partido não deixou de existir, apenas voltou-se para dentro de si mesmo, para recuperar as forças e situar o problema da unificação de todos a social-democracia sobre um terreno sólido" (Lenin).

Como resolver este problema? Lenin atribuiu importância fundamental à atividade das organizações social-democráticas locais, considerava-a "a base de toda a atividade do partido", de vez que "a social-democracia bebe toda a sua força no movimento operário espontâneo, que se manifesta desigual e dissimuladamente nos diferentes centros industriais". Mas, justamente porque o trabalho de caráter apenas local lá estava amplamente desenvolvido em toda a Rússia, então se tornara evidente,

gritante, a sua precariedade intrínseca, chegara o momento de ser negado, superado: "A nossa principal insuficiência, para cuja eliminação devemos orientar todas as nossas forças, é o caráter estreito, artesão, do trabalho local". Dada essa insuficiência, as diversas manifestações da vitalidade do movimento operário russo permaneciam como puramente locais, não podiam servir de modelo para toda a social-democracia; os operários não podiam tomar o necessário conhecimento do caráter comum de seus interesses em toda a Rússia, nem ligar a sua luta com o pensamento do socialismo e da democracia russos; enfim, os diferentes pontos de vista teóricos e práticos dos camaradas não podiam ser de todos conhecidos e discutidos, não podiam servir de base para a elaboração do programa e da tática, feneciam dentro do acanhamento dos círculos e grupos ou degeneravam em exageração das particularidades casuais e locais, com o alastramento do noivo espírito circunscrito.

"Chega pra nós desse artesanato!" — exclamava Lenin num de seus artigos. "O que nos falta agora e justamente a união de todo esse trabalho local no trabalho de um só partido".

Tratava-se, portanto — o esse era um dos aspectos principais, senão o principal, do problema a resolver — de como conjugar a necessidade da plena liberdade da atividade social-democrática local com a necessidade de formar um partido único — e, conseqüentemente, um partido centralista" (Lenin).

Na opinião do jovem e genial chefe revolucionário, a solução das tarefas práticas gerais de caráter programático, tático e organizativo não podia ser dada por uma pessoa nem por um grupo isolado e sim, somente pela "atividade organizada de toda a social-democracia".

Para chegar-se a essa solução, Lenin propôs, como a tarefa mais imediata — dada a ausência das liberdades democráticas fundamentais na Rússia militar-feudal — a "organização de um órgão de imprensa do partido que saísse regularmente e que fosse estreitamente ligado a todos os grupos locais". Ao negar-se, portanto, o regime existente de organização do "circulismo" (que culminara como desorganização), não se tratava de passar a segundo plano e muito menos de eliminar a atividade das organizações locais. O jornal não iria fazer concorrência, e menos ainda substituir essa atividade, ao contrário, iria exercer uma enorme influência para a sua extensão, o seu fortalecimento, a sua sistematização" (Lenin).

Nas condições do Estado policial vigente, o jornal (Lenin partia da experiência dos social-democratas alemães ao tempo da "lei de exceção contra os socialistas" — ver Cap. XLIV, em NOVOS RUMOS, n.º 44), devia ser levado ao exterior, com a publicação de não menos de 12 números por ano, seria introduzido preferencialmente no país e teria como pontos de distribuição, preferências e de partida os grandes centros industriais, pois ali, além do mais, o operário "de fato o dono da situação, dispondo de centenas de modos de frustrar a vigilância da polícia". O jornal adquirir-se-ia numa vasta rede de correspondentes em toda a Rússia e, destinado as massas operárias e populares, entre elas deveria circular amplamente.

Ivan Ramos Ribeiro

ONDE O POVO GOVERNA HA 15 ANOS

Hungria Marcha a Passo Seguro Para o Socialismo



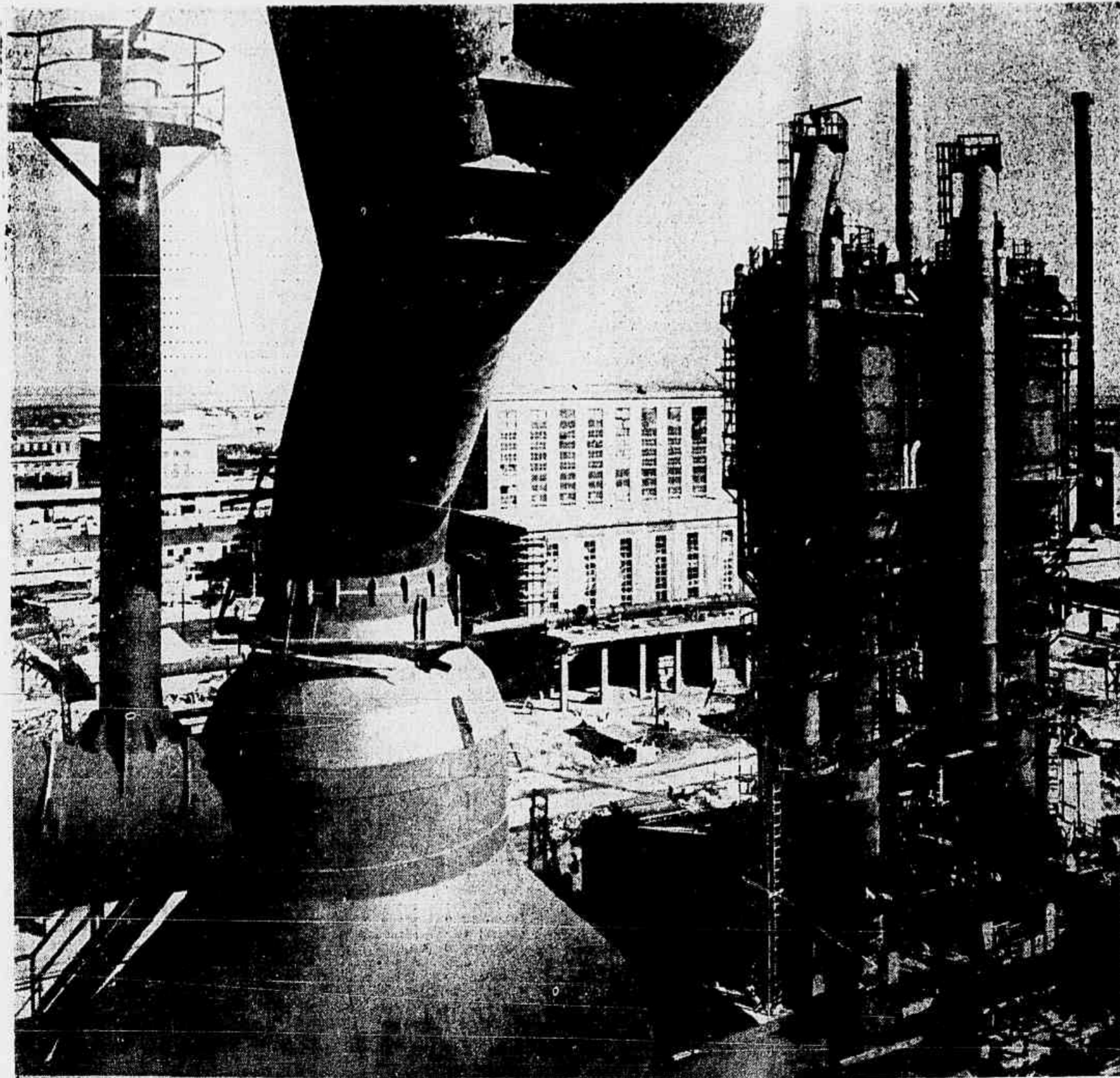
A situação do trabalhador

Antes explorado e espezinhado, o trabalhador húngaro hoje é a razão primeira das preocupações do Estado. Assistência em todos os sentidos lhes é prestada pelo governo e instituições; condições cada vez melhores de vida e mais humanas de trabalho lhes são propiciadas. O trabalhador é dono de si e dos destinos de sua pátria.



Paráiso das crianças

O poder popular teve e tem como preocupação máxima a assistência social à infância. Serviços médicos, a instalação de uma rede de creches e postos de puericultura em todo o país, além de escolas próprias para crianças, constituem um dos esforços mais sensíveis do governo para atender às necessidades da infância na Hungria de hoje.



Uma nova era para o povo

No dia 16 de janeiro de 1945, em Budapeste, era constituído o primeiro governo popular da Hungria, dirigido pela classe operária. Iniciava-se uma nova era na vida do povo húngaro a rápida reconstrução do país, a industrialização em larga escala, a edificação do socialismo. No curso do primeiro plano quinquenal, o país atingiu a um alto nível no processo de industrialização, marcado pela construção do grande combinado sidero-metalúrgico do Danúbio (foto). Outras grandes realizações contribuíram para transformar completamente a fisionomia do país.

NOVOS RUMOS



A importância dos sindicatos

Após a libertação e a constituição do poder popular, os sindicatos passaram a ter um papel de destaque e desenvolvem suas atividades nos mais diversos setores da vida do país.